



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO-UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS-ICSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL-DESSO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

DANIELLE CRISTINA ALVES DA CUNHA E SILVA

**A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL EM UM CENTRO DE
REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MARIANA/MG**

MARIANA -MG
2022

DANIELLE CRISTINA ALVES DA CUNHA E SILVA

A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MARIANA/MG

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), como requisito parcial à obtenção de título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira

MARIANA - MG
2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586a Silva, Danielle Cristina Alves da Cunha e.
A atuação profissional do/a assistente social em um Centro de
Referência da Assistência Social no Município de Mariana/MG.
[manuscrito] / Danielle Cristina Alves da Cunha e Silva. . - 2022.
60 f.

Orientadora: Profa. Dra. Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Assistente social - Atuação profissional. 2. Cotidiano. 3. Profissional.
4. Centro de Referência da Assistência Social. I. , . II. Oliveira, Vivian
Lúcia Rodrigues de. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 364.3

Bibliotecário(a) Responsável: Iury de Souza Batista - CRB6/3841



FOLHA DE APROVAÇÃO

Danielle Cristina Alves da Cunha e Silva

A atuação profissional do/a assistente social em um Centro de Referência da Assistência Social no município de Mariana/MG

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel.

Aprovada em 12 de dezembro de 2022.

Membros da banca

Dr^a. Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto

M^a. Marina Rodrigues Corrêa dos Reis - Universidade Federal de Ouro Preto

Esp. Pedro Paulo Telles Leão - Centro de Referência da Assistência Social

Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 20/12/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Vivian Lucia Rodrigues de Oliveira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/12/2022, às 19:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0448871** e o código CRC **D34C81D1**.

*À memória da minha avó materna, Maria, a qual
almejou e contribuiu com a minha formação.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Deus que acredito cujo nome é Javé, pela vida e que é *“Meu refúgio, minha rocha protetora, meu Deus, eu confio em ti!”* (Salmo 91). Pelo seu amado filho Jesus Cristo, que entregou sua vida por amor e a favor da humanidade. E sua mãe Maria, que sempre passa à frente em meio às dificuldades.

Agradeço a mim, por não ter desistido quando tudo era a favor disso. Agradeço pela dedicação, esforço, lágrimas, cansaço e também pelas alegrias, pois nem tudo foram pedras nesse caminho de aprendizagem e que levo para a vida.

Agradeço especialmente à minha orientadora Vivian Lúcia Rodrigues de Oliveira, por segurar na minha mão nesse processo de trabalho. Pela paciência, pela dedicação e por ter diretamente contribuído nessa etapa que não foi nada fácil, mas necessária para a minha formação profissional.

Agradeço aos meu pais Juliana e Jorge pelo amor incondicional de pais, amo vocês.

Agradeço ao meu amor, companheiro, amigo, cúmplice e aliado Edmilson. Por não me deixar desistir e segurar minha mão quando eu mais preciso, amo-te.

Agradeço aos meus irmãos Leonardo, Eduardo e Fernanda pelo carinho e amor, amo vocês.

Agradeço à minha família, que contribuiu diretamente e indiretamente com esse percurso. Em especial minha prima Gilmara Conceição e sua família, que cuidou da minha mãe quando eu precisei me ausentar. Sempre serei grata a você, prima.

Agradeço à família do meu companheiro Edmilson, por me dar apoio, e me ajudar nessa trajetória.

Agradeço às minhas amigas de infância pelas risadas, distrações e alegrias ao longo dessa caminhada. Foram e são essências para mim.

Agradeço a Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP, por me proporcionar viver uma universidade pública, gratuita e de tanta qualidade. Meu sonho foi realizado nessa instituição.

Agradeço às minhas colegas, que viraram amigas nesse percurso da graduação: Angélica Paiva, Carina Dias, Tamires Rani, Júnia Marisa, Genilsa. Foram muitas trocas juntas, que vou levar ao longo da minha vida.

Agradeço aos docentes e discentes do curso de Serviço Social da UFOP, que enriqueceram meus conhecimentos e me proporcionaram ver o mundo de uma forma que nunca imaginei ter a oportunidade de conhecer.

A professora Kathiúça Bertollo, minha supervisora acadêmica de estágio, obrigada por transmitir tanto conhecimento e dedicação. Os momentos compartilhados foram fundamentais para a minha direção na profissão.

Agradeço ao meu supervisor de estágio em campo Pedro Paulo, pelo carinho e dedicação, que me ajudou nessa fase tão importante para a formação profissional e pelo conhecimento transmitido a mim. E que foi tão essencial para escolha do tema presente nesse trabalho aqui realizado, muito obrigada.

Agradeço a toda equipe do Centro de Referência da Assistência Social /CRAS Cabanas da cidade de Mariana/MG. Onde me inseri como estagiária, obrigada pelo acolhimento e pela troca de conhecimentos e de vida. Gratidão.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo apreender a intervenção profissional diante do cotidiano de Assistentes Sociais em um Centro de Referência da Assistência Social/CRAS, no município de Mariana em Minas Gerais, com recorte ao período da Covid-19, devido à experiência de estágio nessa circunstância. Considerando que o município marianense historicamente tem se configurado com uma Assistência Social entrelaçada à herança assistencialista, clientelista, mandonista, compreende-se que tais expressões vêm norteando as próprias relações sociais presentes na cidade. É nesse sentido que faz-se necessário analisar como isso impacta no cotidiano do exercício profissional de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social Básica. Para tanto, pauta-se na teoria social crítica, cuja pesquisa é explicativa, ancorada na revisão bibliográfica e de cunho qualitativo, com destaque de autores de referência do Serviço Social que discutem a temática aqui em questão. Além disso, apresenta-se a análise documental, com base em documentos construídos no decorrer do campo de Estágio I, II e III. Depreende-se, então, que o trabalho do assistente social, tensionado pelos aspectos que proporcionam a relativa autonomia, encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes sociohistóricos que foge ao seu controle e impõe limites à materialização de um projeto profissional coletivo atrelado a um projeto societário de transformação social.

Palavras-Chave: Assistentes Sociais; Cotidiano Profissional; CRAS; Covid-19; Relativa Autonomia.

ABSTRACT

This course conclusion work aims to apprehend the professional intervention in the daily life of Social Workers in a Reference Center for Social Assistance / CRAS, in the municipality of Mariana in Minas Gerais, with a focus on the period of Covid-19, due to the internship experience in this circumstance. Considering that the municipality of Mariana has historically been configured with Social Assistance intertwined with the welfare, clientelistic, bossy heritage, it is understandable that such expressions have been guiding the very social relations present in the city. It is in this sense that it is necessary to analyze how this impacts the daily professional practice of Social Workers in the Basic Social Assistance Policy. To this end, it is based on critical social theory, whose research is explanatory, anchored in the bibliographical review and of a qualitative nature, with emphasis on reference authors of Social Work who discuss the theme in question here. In addition, the documentary analysis is presented, based on documents constructed during the Stage I, II and III field. It appears, then, that the social worker's work, strained by the aspects that provide relative autonomy, is subject to a set of socio-historical determinants that are beyond their control and impose limits on the materialization of a collective professional project linked to a corporate project for social transformation.

Keywords: Social Workers; Professional Daily Life; CRAS; Covid-19; Relative Autonomy.

LISTA DE SIGLA

ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social

CNAS-Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS-Centro de Referência da Assistência Social

ENESSO- Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LBA-Legião Brasileira de Assistência

LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social

MDS-Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NAS-Núcleo de Assistentes Sociais

PNAS-Política Nacional da Assistência Social

PSB-Proteção Social Básica

SEDESC-Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania

SUAS-Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NA ORDEM DO CAPITALISMO MONOPOLISTA	17
2.1 A INTERVENÇÃO NAS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” SOB O VIÉS DO ESTADO BURGUEZ 22	22
2.2 A TRAJETÓRIA SÓCIO-HISTÓRICA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL 26	26
3 O EXERCÍCIO DE ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BÁSICA E A PANDEMIA DA COVID-19	35
3.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CIDADE DE MARIANA/MG 39	39
3.2 O COTIDIANO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NUM CRAS MARIANENSE 45	45
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

Diante da organização e mobilização da classe trabalhadora frente às expressões da “questão social”¹ advindas da fase do capitalismo monopolista, o Estado passa a implantar políticas sociais com o principal objetivo de controlar a classe trabalhadora e manter o falacioso consenso entre as classes, “sem colocar em xeque os fundamentos do capitalismo” (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 63).

Surgiu diante disso a demanda e ampliação de profissionais para atuarem em equipamentos de políticas públicas sociais, com o intento de minimizar as expressões da “questão social”. No entanto, tratam-se de melhorias fragmentadas, as quais não contemplam o fundamento da “questão social”. Assim, de acordo com Netto (2006, p.18), “a inicial atuação profissional do assistente social se dá nesse contexto de enfrentamento às expressões das desigualdades advindas do capitalismo em sua fase madura”.

Na profissão percebe-se que o número de profissionais em Serviço Social também é assegurado por mulheres, questão esta que deve ser refletida e vinculada ao início do surgimento da categoria profissional que foi iniciada por elas. Em consulta ao CFESS (2005, p.7), afirma-se que “O perfil desse trabalhador é de uma categoria fundamentalmente feminina (97%), com a presença de apenas 3% de homens; [...]”. Em pesquisa recente realizada pelo CFESS² (2022, p. 23-24) registra-se que:

Do universo total pesquisado, 41.083 profissionais ou 92,92%, se identificam com o gênero feminino, enquanto 3.083 destes, ou 6,97%, têm identificação com o sexo masculino. “Outras expressões de Gênero”, diferentes das anteriores, foi a resposta de 46 Assistentes Sociais, correspondendo a 0,10%.

Ainda que mantenha a tendência histórica da profissão de predominância de profissionais do sexo feminino, conforme apontado pela pesquisa realizada pelo CFESS no ano de 2004 (e publicada em 2005), identificam-se lentas e pequenas mudanças no âmbito da categoria profissional. Nesse aspecto, na pesquisa realizada em meados dos anos 2000, o percentual de profissionais do sexo feminino registrou 97%, enquanto na pesquisa do recadastramento

¹ “A Questão Social é expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e nesse sentido a Questão Social se expressa também na resistência e na disputa política (IAMAMOTO, 2009, p.3)

² Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 10 de nov. de 2022.

foi de 92,92%, revelando que os profissionais do sexo masculino já perfazem mais de 5%, ou precisamente, 6,97%.

Concordando com Boschetti (2009), percebe-se que exclusivamente com a Constituição Federal de 1988 as políticas de saúde, previdência e assistência social ganham novos significados, reestruturação e reorganização visando atuais diretrizes e princípios. Embora o país possua um “[...] sistema amplo de proteção social, a seguridade social acabou se caracterizando como um sistema híbrido, que conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho (previdência) com direitos de caráter universal (saúde) e direitos seletivos (assistência)”. (*IBIDEM*, p. 8).

Desse modo, apresenta-se o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS enquanto equipamento de serviço à proteção social básica no âmbito da Política de Assistência Social, sendo uma unidade pública estatal com base territorial. Situado em áreas de vulnerabilidade social, organiza e coordena a rede de serviços sócio assistenciais locais da política de assistência social de cada município. Atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sócio familiar e comunitário. Desse modo, os Serviços de Proteção Social Básica são materializados por: a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF; b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV; c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Recentemente o contexto de pandemia da covid-19 implicou mudanças significativas nos processos de trabalho não apenas de assistentes sociais, mas de outras categorias profissionais como um todo. O exercício profissional em formato remoto passou a ser realidade no cotidiano, devido ao isolamento social agravado pela crescente contaminação do vírus. Gerou novas medidas e estratégias à atuação profissional, bem como novas demandas. Provocou, ainda, o crescimento do desemprego no país, em que

[...] a intensa precarização das relações e condições de trabalho faz emergir um universo de trabalhadores e trabalhadoras (mais de 100 milhões de pessoas ou quase 50% da população) que se viram, da noite para o dia, sem trabalho, sem nenhum tipo de remuneração, sem benefícios assistenciais e sem condições de seguir buscando nas ruas algum tipo de atividade precarizada (as atividades informais) que lhes assegurasse uma forma de rendimento e de sobrevivência. (BOSCHETTI; BEHRING, 2021, p.76).

Foi nesse sentido que a população passou a utilizar ainda mais os serviços ofertados pela Seguridade Social³, gerando um acúmulo de demandas que os Assistentes Sociais e outros profissionais precisam responder, bem como o enfrentamento à sobrecarga de solicitações de benefícios e programas existentes no município. Tudo isso, dentro de um Estado capitalista que visa o lucro em detrimento da vida humana e viabiliza poucos recursos do fundo público às políticas sociais, o que para nós é a expressão de que tal condição trata-se de disputa política do fundo público, pois de acordo com os dados⁴ apresentados pela auditoria cidadã em 2022 apenas 4,11% foi investido na Assistência Social, 4,18% na Saúde e 19,58% na Previdência Social.

Nesse sentido, tem-se uma base dos gastos públicos e orçamento Federal executados no período de 2021, em que os recursos destinados à Assistência Social, Saúde e Educação são inferiores comparados ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública. Denota-se que o governo federal gastou R\$ 1, 96 trilhão com esta dívida, ou seja, 42% a mais comparado ao ano de 2020. Assim,

Assistimos a um verdadeiro saque das riquezas nacionais para alimentar o Sistema da Dívida, enquanto todos os outros investimentos necessários ao nosso desenvolvimento socioeconômico são deixados de lado, sob o falacioso argumento de que não haveria recursos. Recursos não faltam em nosso país! Além de cerca de R\$ 5 trilhões em caixa houve “Superávit Primário” em 2021, no valor de R\$ 64 bilhões. Mas todo esse dinheiro está reservado para o rentismo! (FATTORELLI; ÁVILA, 2022, p.1)

Fica evidente que a crise pandêmica do novo coronavírus concretiza ainda mais a importância e reconhecimento da luta em prol de uma Política de Assistência Social permanente, universal e igualitária. A experiência de estágio em tempos de pandemia proporcionou um olhar diferenciado para as novas demandas surgidas desse contexto, momento em que houve o desenvolvimento e reconhecimento de possibilidades e desafios na atuação do assistente social, a exemplo da luta pela

³ “Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988)

⁴ Disponível em: <<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gasto-com-divida-publica-sem-contrapartida-quase-dobrou-de-2019-a-2021/>>. Acesso em: 11 de nov. de 2022.

defesa do projeto ético político profissional presente hegemonicamente na categoria do Serviço Social.

No estágio pode-se ter a experiência de sistematizar e elaborar um projeto de intervenção, que teve como tema: “Meia educação não garante formação: vem fazer supervisão”. A elaboração dele demandou uma análise do espaço sócio ocupacional em que esteve-se inserida como estagiária, além de pensar o que pode ser realizado para a melhoria do equipamento? De que maneira pode-se contribuir para efetivar ainda mais o projeto ético político do Serviço Social. Como intervir para um melhor funcionamento no CRAS e conseqüentemente para melhorar a vida da população? Tais inquietações devem estar presentes na prática profissional e culminaram em reflexões também presentes neste Trabalho de Conclusão de Curso.

Justifica-se a escolha do tema deste trabalho a partir da vivência no campo de estágio, pois é nele, mas não só, que estabelecemos relações dos nossos conhecimentos teórico-metodológicos construídos ao longo trajetória acadêmica com a realidade, fortalecendo e desenvolvendo a capacidade técnico-operativa, nossa postura ético política, reafirmando a necessidade de expandir a relativa autonomia, pois ela “[...] revela a sua força valorativa como potência política, em defesa da profissão e do projeto ético-político” (CFESS, 2021, p. 6).

A observação e compreensão do fazer profissional do Assistente Social foi de extrema importância para entender acerca da capacitação técnico-operativa, da postura ético-política e do acúmulo teórico-metodológico que devem ser incorporados cotidianamente na atuação profissional; dimensões essas que têm que ser entrelaçadas com a finalidade de proporcionar uma atuação ainda mais eficaz na viabilização dos direitos sociais e enfrentamento às manifestações da “questão social”. Já apontava lamamoto (2009, p. 36) que

O momento presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal, diante das estratégias de descentralização das políticas públicas. Os assistentes sociais encontram-se em contato direto e cotidiano com as questões da saúde pública, da criança e do adolescente, da terceira idade, da violência, da habitação, da educação etc., acompanhando as diferentes maneiras como essas questões são experimentadas pelos sujeitos.

Busca-se, então, ressaltar o contexto e características que marcam a Política de Assistência Social no âmbito do município, desvelando as potencialidades e limites do serviço com foco no exercício profissional na Proteção Social Básica⁵. Portanto, localiza-se a atuação profissional dos Assistentes Sociais à perspectiva de viabilização de direitos diante do objeto de trabalho profissional: as expressões da “questão social”, as quais que são apresentadas de distintas formas no cotidiano dos indivíduos usuários da política em questão.

Faz-se necessário refletir acerca do cotidiano do trabalho profissional de Assistentes Sociais e nas possíveis correlações de forças existentes no campo profissional. Pontua-se aqui que o município de Mariana-MG tem configurado uma Assistência Social entrelaçada à herança assistencialista, clientelista, e mandonista, aspectos esses que norteiam as próprias relações sociais presentes no âmbito da cidade.

Nesse sentido, o papel do assistente social para desconstruir tais equívocos sobre a Política de Assistência Social é fundamental, pois permitirá o distanciamento com essas tradições e direciona o público alvo da Proteção Social Básica aos direitos da população usuária através dos serviços sócio assistenciais ofertados na localidade.

Fazendo valer que a Política de Assistência Social, conforme a Constituição Federal de 1988, é “direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.” (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.). Asseverando ainda que

[...] o assistente social no seu cotidiano profissional, ao mesmo tempo em que se depara com novas competências, demandas e espaços de intervenção, tem sua ação profissional determinada e condicionada por formas arcaicas de prestação de serviços, isto é, com programas e políticas seletivas e focalistas, com perda de direitos, contenção de gastos sociais, a burocratização da dinâmica institucional, na qual está inserido enquanto trabalhador assalariado, além das formas precárias de contratação e condições de trabalho. (SILVA, 2016, p. 69).

⁵ “A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.” (PNAS, 2004, p. 33)

Diante dessas considerações, traz-se o seguinte questionamento: De que maneira se dá a intervenção profissional frente ao cotidiano do/a Assistente Social num equipamento da Proteção Social Básica no município de Mariana/MG? Para tanto, o objetivo geral é compreender a intervenção profissional perante o cotidiano do/a Assistente Social em um CRAS no município de Mariana/MG.

Já os específicos são: a) destacar os fatores para a emergência do Serviço Social Brasileiro na ordem do Capitalismo Monopolista; b) analisar a funcionalidade do Estado burguês sobre as expressões da “questão social” e a trajetória sócio-histórica da Assistência Social Brasileira atrelada ao Serviço Social; c) entender a atuação profissional de assistentes sociais na política de assistência social em contexto pandêmico, com recorte para um Centro de Referência da Assistência Social/CRAS do município marianense.

Assim, o trabalho finca-se no materialismo-histórico dialético como método de análise, o qual deriva da teoria social crítica. Trata-se, portanto, de uma pesquisa explicativa, de cunho qualitativo, baseada em revisão bibliográfica e análise documental construída ao longo da vivência como estagiária no CRAS, alinhando-se à análise de legislações que se encontram no bojo da garantia de direitos sociais.

Desse modo, destaca-se alguns autores de referência do Serviço Social que discutem a temática em tela: Marilda Yamamoto, Raul de Carvalho, José Paulo Netto, Ana Maria Vasconcelos, Josiane Soares Santos, Elizabete Mota, Ivanete Boschetti, Elaine Behring, entre outros.

À vista disso, o trabalho é composto pelo capítulo 2, que trata dos fatores para a emergência do Serviço Social na ordem do capital em sua fase monopolista, analisando a funcionalidade do Estado burguês sobre as manifestações da “questão social”, além de resgatar a trajetória da Assistência Social no Brasil e os desafios para sua implementação na contemporaneidade enquanto um espaço de correlação de força e disputa política.

Já no terceiro capítulo da pesquisa, busca-se entender a atuação profissional de Assistente Social na Política de Assistência Social em contexto pandêmico de COVID-19, com recorte para um CRAS do município de Mariana, o qual possui suas particularidades, e como essas impactam na vida dos usuários dos serviços e programas ofertados.

Desse modo, as considerações finais desvelam os limites e possibilidades presentes no cotidiano do exercício profissional dos assistentes sociais, apontando para a defesa do Projeto Ético Político-PEP do Serviço Social e de uma Assistência Social vinculada aos direitos da população.

2 A EMERSÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NA ORDEM DO CAPITALISMO MONOPOLISTA

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho (Iamamoto; Carvalho, 2006), que emerge entre os anos de 1930 e 1940, no contexto de consolidação do capitalismo monopolista brasileiro e do reconhecimento da “questão social”. Por conta das protoformas da profissão no Brasil, a abordagem aos indivíduos era ligada a ações conservadoras, pois a “questão social” era vista como um problema moral e a assistente social deveria trabalhar de forma a ajustar o comportamento dos indivíduos para que esses se integrassem na sociedade.

De acordo com Martinelli (2011, p.121-122), “O surgimento do Serviço Social no Brasil remonta aos primeiros anos da década de 1930, como fruto da iniciativa particular de vários setores da burguesia, fortemente respaldados pela Igreja Católica [...]”. Ele emerge como um dos mecanismos utilizados pelas classes dominantes como meio de exercer e manter seu poder perante a sociedade, impulsionado pelo setor religioso doutrinário, considerado por muitos estudiosos da profissão como as chamadas protoformas do Serviço Social (Netto, 2012; Iamamoto e Carvalho, 2006).

Contudo, o Serviço Social Brasileiro vai modificar-se constantemente, abandonando as influências norte-americana e franco-belga e ensejando um movimento de renovação e reconceituação da profissão. Cabe salientar que foi um movimento ocasionado em função das particularidades marcadas pela luta de classes e das formas que são percebidas as sequelas derivadas do aprofundamento do capitalismo, além do amadurecimento e conhecimento frente à profissão e seus fundamentos.

Martinelli (2011, p.122) complementa que esse movimento do surgimento da profissão está ainda articulado com o cenário conjuntural-histórico que marcava o país naquela época. Percebe-se, segundo Behring e Boschetti (2011) que na década de 1930 a economia brasileira estava diretamente ligada à monocultura de exportação, pois cerca de 70% do PIB do país era devido a produção do café. Contudo, foi

Com a paralisia do mercado mundial em função da crise de 1929-1932, as oligarquias agroexportadoras cafeeiras ficaram extremamente vulneráveis econômica e politicamente. E aquelas

oligarquias do gado, do açúcar e outras, que estavam fora do núcleo duro do poder político, aproveitaram as circunstâncias para alterar a correlação de forças e diversificar a economia brasileira. Aqui, há destaque para os produtores de carne do Sul, de onde vem a principal liderança desse processo, Getúlio Vargas, e que consegue o apoio, dos segmentos militares médios, os tenentes- alguns deles partícipes da famosa Coluna Prestes e outros com clara inspiração autoritária e fascista-, bem como de bases sociais mais populares. Essa “revolução”, na verdade, foi uma espécie de quartelada, com um afastamento não muito contundente da oligarquia cafeeira, a qual, por seu peso econômico, era o setor com capital acumulado para investir em outros produtos e impulsionar a diversificação da economia brasileira. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.105).

O governo na época comandado por Getúlio Vargas, na era do chamado Estado Novo⁶, como bem nos aponta Couto (2008, p. 95), possuiu “uma mudança substantiva no sistema econômico brasileiro, que vai ser deslocado do meio agroexportador para o urbano industrial, assim, exigir um posicionamento frente às demandas postas pela nova ordem produtiva e pelos trabalhadores”. Impulsionando, nesse sentido, a segunda fase da constituição do capitalismo “maduro” no país. Percebe-se que

O esforço do Brasil para ingressar no mundo desenvolvido, na sua etapa do capitalismo monopolista, criou um grande estoque de desigualdade social, com enorme concentração de renda, o que vem se acentuando no decorrer dos anos, impelindo o Estado e a sociedade a darem respostas para o enfrentamento desse fenômeno [...] (IBIDEM, p.164).

Nas condições brasileiras em questão existiu uma grande reestruturação do padrão de desenvolvimento econômico e uma profunda democratização da sociedade e do Estado. Se rapidamente os resultados não declaravam a ordem capitalista, ocorria a possibilidade das lutas sociais alçarem um nível tal que devido à nova dinâmica econômico-social e política existente provocaria um novo bloco de forças político-sociais, onde redimensionou e faz assumir o Estado uma nova construção da hegemonia e da implementação de políticas populares e democráticas nos planos social e econômico.

⁶ “[...] Exigiu hierarquizar, uniformizar e integrar os diversos grupos rivais das classes dirigentes, garantindo ao sistema político nacional três coisas: um grau razoável de coesão inter-regional (unidade), apoio contínuo ao presidente nacional (legitimidade) e equilíbrio institucional (governabilidade).” (CODATO, 2015, p. 305).

O que estava em jogo não era apenas o sistema econômico-político do capitalismo ou socialismo, mas a reprodução do desenvolvimento do capitalismo central no Brasil vinculado a outros países, dependente e exclusivo a um processo profundo de reformas. Compreende-se, assim, que

A elite europeia ao adentrar o cenário brasileiro carrega um caráter elitista e antidemocrático. A transição para o capitalismo monopolista aprofundou as desigualdades sociais, favorecendo o mercado financeiro e, como consequência disso, tem-se uma redução de investimentos no que tange ao provimento e funcionamento de uma sociedade democrática. (SILVA, 2018, p. 23).

Dessa feita, essa fase monopolista do capital, ou seja, o “capitalismo maduro” eleva a emergência do surgimento da profissão de Serviço Social, pois modificou conseqüentemente as relações sociais, movimento esse percebido e já vivido pelo países de capitalismo central. Em concordância com Netto e Braz (2012), o estágio do imperialismo uma vez constituído reúne nas mãos dos grande capitalistas, dentre estes, banqueiros e industriais (sendo estes minorias), a vida econômica de todo o país e não só dos seus, mas de países em que suas coligações econômicas operam (mais frequentemente em países subdesenvolvidos). De tal modo que, à medida em que o capitalismo monopolista controla o poder econômico, dispõe também de abrangente controle da política e, conseqüentemente, dos direitos da população, podendo ser em medida nacional e/ou internacional.

Netto sinaliza que (1996, p.15) “o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, [...]”. Afirma, além disso, que o objetivo central da organização monopólica é através do controle de mercados proporcionar apenas mais acréscimos nos lucros aos capitalistas e controle sobre os mercados e negligenciar a existência da contradição capital versus trabalho, onde a agenda social sobre as expressões da “questão social” era recorrente e tensionada na época. O Serviço Social tem nas denominadas manifestações da “questão social” sua marca de intervenção, onde a

Questão Social se refere às mazelas sociais, causadas pelo antagonismo das classes sociais, pela má distribuição/concentração da riqueza socialmente produzida onde um pequeno grupo de indivíduos/classe dominante mantém e concentra grandes poderes

em detrimento de um número expressivo de cidadãos que vive em extrema miséria, desprovidos de serviços essenciais e à mercê de um sistema que, para manter a ordem tal qual é, naturaliza a pobreza e a toma necessária para garantir seu ideário privatista/neoliberal, isto é, a ideologia dominante. (SILVA, 2018, p.16).

Conforme Netto (2001) aponta, grande parte da população trabalhadora assistiu os aspectos e consequências da fundação do capitalismo na sua fase industrial concorrencial. Na época, a repressão policial já se mostrava ineficaz ao movimento da classe operária. Considerando que

O adensamento de tal movimento, especialmente no período compreendido entre 1917 e 1921, e seu amadurecimento político eram realidades inegáveis. A luta pela vida, pela sobrevivência, pelo trabalho, pela liberdade levava o proletariado a avançar em seu processo organizativo, o que era visto com muita apreensão pela burguesia. Unindo-se ao Estado e à Igreja, como poderes organizados, a classe dominante procura conceber estratégias com força disciplinadora e desmobilizadora do movimento do proletariado. Porém, os antagonismos que marcavam as relações sociais do sistema capitalista e que penalizavam o trabalhador e sua família já não admitiam mais recuos. A luta de classes se impunha como uma realidade irreversível, determinando um quadro social marcado pela permanente tensão [...]. (MARTINELLI, 2011, p.122).

Entende-se também que a “Revolução Industrial e a Revolução Soviética de 1917 são fenômenos de grande impacto sociopolítico e econômico que singularizam essa quadra histórica em termos das variáveis que venho considerando para abordar a “questão social”” (SANTOS, 2012, p.44) e que afetam as expressões ideais, culturais, teóricas, ideológicas da época no mundo. No campo burguês abalou as bases da cultura política que se introduziu no movimento dos trabalhadores, resultando na clareza de que a problemática das expressões da “questão social” reside na dinâmica da ordem burguesa.

Essa onda de tensões socialistas frente à organização da classe trabalhadora vem se espalhando pelo mundo e não fica restrita à Rússia, gerando uma tensão em vários países capitalistas. Para Behring e Boschetti (2011, p.104), a Revolução “teve repercussões importantes, influenciando a fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, que por muito tempo foi a maior e principal organização partidária de esquerda no país”.

Em primeiro momento, o Estado brasileiro se abstém dessa interdição frente à manifestação das expressões da “questão social”, agindo com violência e repressões policiais diante das reivindicações da classe trabalhadora. Aqui o Estado se nega a reconhecer a “questão social” e deixa nas mãos da igreja essa responsabilidade com o intuito de manter a paz na sociedade, já que era essa a única maneira de manter e conservar a acumulação capitalista. Diante disso, o Estado ainda lança os problemas gerados pela “questão social”, a exemplo da fome, o desemprego, as péssimas condições de moradia e a falta de educação da população para os indivíduos, responsabilizando-os de conseguir mudar por conta própria essa situação.

Todavia, justamente diante das grandes reivindicações e lutas do proletariado, o Estado passa a intervir por meio da regulação jurídica através de leis sociais especificamente ligadas ao mercado de trabalho, cujo principal objetivo era controlar a força de trabalho da classe trabalhadora e perpetuar a exploração no modo de produção capitalista, dando continuidade à acumulação de capital. Expressando-se, assim, a Lei Geral da Acumulação Capitalista. Marx (1998, p. 274) explica que

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva do seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grande proporcional do exército de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista.

Para Yamamoto (2004, p.18), a intervenção do Estado sobre as manifestações da “questão social” teria que ser “[...] legítima, já que este deve servir ao bem comum. O Estado deve assim preservar e regular a propriedade privada, impor limites aos excessos da exploração da força de trabalho e, ainda, tutelar os direitos de cada um [...]”. Logo, era fundamental a intervenção do Estado frente à “questão social” nessa nova fase que o Brasil se inseria, pois implicaria em mudanças

significativas para o desenvolvimento do país e advindos das novas relações de trabalho que iniciavam-se.

Entende-se, com isso, que a passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista proporciona mudanças significativas na estrutura histórico social das relações sociais. Desse modo, observaremos a seguir de que maneira o Estado será fundamental no processo de administração das expressões da “questão social” no Brasil.

2.1 A INTERVEÇÃO NAS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” SOB O VIÉS DO ESTADO BURGUEÊS

De acordo com Marx e Engels, em *Manifesto do Partido Comunista* (1998), o Estado é o comitê executivo da classe burguesa, sendo o Estado um instrumento da classe dominante. Segundo os mesmos, a depender da correlação de forças que existe entre capital versus trabalho, o Estado vai atuar muito mais a favor dos donos do capital, proprietários dos meios de produção, do que em prol da classe trabalhadora.

A classe proletária só conseguirá ser beneficiada com direitos através de luta e de organização, pois só assim a correlação de forças passa a ser mais equilibrada. Nesse momento de ampliação da intervenção do Estado diante de interesses antagônicos surge a ampliação da demanda por profissionais para atuarem nessas políticas públicas. Período esse marcado não só pelo crescimento da contratação de Assistentes Sociais, mas também por profissionais como enfermeiros, professores, médicos entre outros. Todavia, as autoras Behring e Boschetti (2011, p.110) apontam que a política social no Brasil nesse primeiro momento “ficou marcada pela expansão lenta dos direitos, que se mantiveram ainda no formato corporativista e fragmentado da era Vargas.”

Dessa feita, “Nos anos de 1930, o Estado assume a regulação das tensões entre as classes sociais mediante um conjunto de iniciativas: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o Salário Mínimo e outras medidas de cunho controlador, assistencial e paternalista” (YAZBEK, 2009, p.6). Ainda para Behring e Boschetti (2011, p.106), o Estado nessa fase do governo Vargas

[...] enfrentou também com a polícia os componentes mais radicalizados do movimento operário nascente, em especial após 1935, ele soube combinar essa atitude com uma forte iniciativa política: a regulamentação das relações de trabalho no país, buscando transformar a luta de classes em colaboração de classes, e o impulso à construção do Estado social, em sintonia com os processos internacionais, mas com nossas mediações internas particulares.

O capitalismo no Brasil, conforme as autoras (*IBIDEM,2011*), é vinculado a um desenvolvimento econômico “desigual e combinado”, entrelaçado ao trabalho escravo de lenta substituição para o trabalho livre, assim possui em seu caráter um capitalismo dependente que concentra-se certas particularidades e dentre elas apontam-se:

a) a influência do passado colonial na formação da sociedade brasileira; b) o descompasso histórico entre as transformações internas e as imposições da economia mundial, que implica um processo de sobreposição de estruturas políticas, econômicas e institucionais inacabadas; c) os constrangimentos impostos a uma economia duplamente articulada, com o setor externo e o setor arcaico interno, indicando o caráter heteronômico da economia nacional; d) a falta de interesse político, mais do que incapacidade das elites locais transbordarem os benefícios da ordem social competitiva para o conjunto da população, sob a forma de equalização de oportunidades e redistribuição de renda e poder; e) o caráter híbrido, heterogêneo e polarizado de uma economia subdesenvolvida, onde a simbiose entre o arcaico e o moderno irrompe o plano econômico e determina o perfil do político tradicionalista brasileiro; f) a apropriação do Estado por uma elite particularista e classista, que não transcende o individual e que tem por finalidade definir e perpetuar os ganhadores (poucos) e perdedores (a maioria) na sociedade; g) o caráter dialético das relações sociais, econômicas e políticas engendradas pela condição de capitalismo dependente, que colocou as claras os verdadeiros “donos do poder” em 1964: quando a “revolução dentro da ordem” passou a se mostrar insuficiente para articular as diferentes classes em prol de um interesse minimamente coletivo, as forças conservadoras logo trabalharam no sentido de tolher o movimento, sob a forma de opressão e violência, impondo o exercício autocrático e armado do poder.(OLIVEIRA; VÁZQUEZ, 2010, p.157).

A fase ou etapa imperialista do desenvolvimento capitalista surge no século XIX e implicou grandes modificações estruturais, econômicas, políticas, bem como na estrutura social. As potências mundiais vão explorar e garantir territórios estratégicos, detentores de recursos naturais, matéria-prima, força de trabalho

barata, além de novos consumidores de seus bens e serviços. Tornando-se grandes dominadores das indústrias monopolistas, destaca-se assim a atuação dos bancos e multinacionais na fase do capital financeiro, emergindo ainda o aumento da concorrência internacional.

Assim o monopólio faz aumentar a concorrência entre os trabalhadores, transportando a uma grande taxa de desempregados. Para Sweezy (1977, p. 304) “O monopólio faz aumentar a taxa de afluência de trabalhadores ao exército industrial de reserva”. O processo de refuncionalização do Estado explicita as funções que o mesmo passa a desenvolver.

Nesse contexto, de acordo com o autor, a maximização dos lucros pelo controle dos mercados fez com que o capitalismo monopolista demandasse mecanismos de intervenções extra econômica, assim surge a refuncionalização e redimensionamento da instância do poder extra econômico, como é considerado o Estado. Quando a pressão da burguesia cresce, dando origem ao absolutismo, o Estado vai ser um interventor no processo econômico capitalista, porém no estágio imperialista tal intervenção modifica estruturalmente e funcionalmente. Atuará assim, como protetor das “condições externas da produção capitalista”. (NETTO, 1996, p. 21).

O Estado passa a desempenhar o papel de administrador dos ciclos de crise do capitalismo exercendo também funções diretas e indiretas. Diretas fornecendo aos monopólios baixo custo de energia, água, matérias-primas fundamentais para o modo de produção capitalista. Viabilização do controle de empresas com dificuldades, entrega aos monopolistas de complexos preparados com recursos públicos; além de subsídios diretos e lucros garantidos pelo Estado (*IBIDEM*).

Já as atividades indiretas encontram-se nos pedidos e/ou compras pelo Estado à corporação dos monopólios; garantia aos capitalistas de valorização; subsídios indiretos; investimentos por meio do Estado em gerar meios de transportes e infraestrutura; qualificação da força de trabalho solicitada pelos monopólios; gastos públicos com investigações em pesquisa e desenvolvimento do Estado.

Dessa maneira, o Estado vai agir como um grande aparato de organização econômica, com o intuito de intervir em futuras greves, manifestações, paralisações e outros. “Mais, exatamente, no capitalismo monopolista, as funções políticas do

Estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas.” (*IBIDEM*, p. 25).

A “questão social” é enfrentada no âmbito do capitalismo monopolista como objeto da ação estatal na medida em que ameaçava a ordem burguesa, através da mobilização direcionada pela classe trabalhadora, quando colocava em risco o fornecimento da força de trabalho para o capital ou qualquer outra condição contra a produção capitalista. O Estado burguês nessa fase monopolista implementa políticas sociais para administrar as expressões da “questão social”, inicialmente atendendo as demandas da ordem dos monopólios, ou seja, trabalhadores de indústrias, fábricas, preservando o processo e controle da força de trabalho. Assim,

[...] a institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade capitalista se explica no contexto contraditório de um conjunto de processos sociais, políticos e econômicos que caracterizam as relações entre as classes sociais na consolidação do capitalismo monopolista. Assim, a institucionalização da profissão de uma forma geral, nos países industrializados, está associada à progressiva intervenção do Estado nos processos de regulação social. (YAZBEK, 2009, p.6).

As refrações da questão social são administradas pela ação estatal, tornando-se mais complexas, pois a ordem burguesa se manifesta coletivamente e reclamam por intervenções políticas devido às diferenças no interior da estrutura de classe. Na esfera privada a ordem burguesa julga necessária que seja em última instância a contemplação das políticas sociais, responsabilizando a pessoa, incorporando que tanto o êxito quanto o fracasso social são creditados ao sujeito individual. Segundo Netto (2011, p.73),

É somente na ordem societária comandada pelos monopólios que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social. A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à ‘evolução da ajuda’, à ‘racionalização da filantropia’ nem à ‘organização da caridade’; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica.

O Serviço Social surge como um instrumento de operação técnica do Estado, nessa grande fase (sub)imperialista do capital, pois as instituições filantrópicas não

estavam dando conta das grandes demandas impostas pelas manifestações da “questão social”, complexos de enorme miséria vivenciada pelas pessoas. Assim o Estado passa a administrar tais demandas para minimizar o pauperismo da época e principalmente para manter intacto o sistema econômico capitalista.

A primeira escola de Serviço Social no país surgiu em 1936, no Estado de São Paulo, com a iniciativa da Igreja Católica juntamente em parceria com o Estado. Já a segunda escola surgiu no ano seguinte, no Estado do Rio de Janeiro. Percebe-se que

O Estado (nesse caso o governo do Estado de São Paulo) ultrapassa o marco de sua primeira área de intervenção – a regulamentação do mercado de trabalho e da exploração da Força de Trabalho – para superintender a gestão da assistência social. Dessa forma procurará racionalizar a assistência, reforçando e centralizando sua participação própria e regulando as iniciativas particulares. Estas tenderão a se tornar cada vez mais dependentes-documentação burocrática, subvenções etc. – e voltadas para demanda de serviços por parte do Estado, através de convênios etc. Paralelamente, figuras de destaque saídas das instituições particulares serão cooptadas para constituir os quadros técnicos e Conselhos Consultivos das instituições estatais de coordenação e execução. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p.175-176).

O Serviço Social tradicional articula-se com a teoria positivista trazida por técnicas norte-americanas. A estratégia positivista analisa os fatos a partir de sua aparência abstraindo aquilo que é invariável, restringe-se ao que se pode verificar de forma a obter uma visão fragmentada da realidade, assim não aponta-se mudanças significativas, somente ajustes e conservação do Serviço Social tradicional.

Behring e Boschetti (2011, p. 64) salientam que “[...] o Estado passa a assumir e realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade,” cujas ações têm caráter fortemente seletivo, focalizado e marcado pelo assistencialismo e primeiro-damismo.

2.2 A TRAJETÓRIA SÓCIO-HISTÓRICA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL

Por muito tempo no Brasil a assistência social à população empobrecida não foi e nem era considerada de atenção do poder público. O Estado era um mero distribuidor de isenções clientelistas para grupos privados e religiosos, e estes

concentravam o atendimento à população em situação de vulnerabilidade social. A pobreza e a miséria eram encaradas como uma fatalidade e a assistência deixada à iniciativa da igreja, administrada pelos considerados “homens bons”. Era a assistência esmolada, um conceito que se sustentou até meados do século XVIII.

Na chamada Era Vargas, o Brasil conheceu a força do Governo Federal no cenário político, onde se implantou ainda a fase do capitalismo monopolista. O período pós revolucionário baseava-se no Estado de compromisso, momento em que a ação pública no que diz respeito ao campo social obteve maior reconhecimento. É notório que

1930 marca também a mudança de orientação quanto às respostas estatais à “questão social”. Muito embora situe as primeiras medidas de legislação sobre o trabalho na República velha, o período que vai até 1945 é considerado como um marco em relação ao volume e perfil diferenciado que esta legislação vai assumir como resposta à “questão social”. Na constituição de 1934, o Estado tanto preservaria os direitos sociais quanto regularia os contratos de trabalho (com a carteira de trabalho), as profissões e os sindicatos, como corporativismo sindical. As ações posteriores na área de previdência social modificaram alguns aspectos administrativos, mas cristalizaram a estrutura desigual já mencionada na prestação dos benefícios, segundo a contribuição das categorias profissionais já existentes na estrutura das Caixas de Aposentadorias e Pensão (CAPs). (SANTOS, 2012, p.75).

Em julho de 1938, em pleno Estado Novo é criado o Conselho Nacional de Serviço Social-CNSS, vinculado ao Ministério de Educação e Saúde, dirigido por pessoas ligadas à filantropia e ao assistencialismo⁷. O Estado voltou-se um pouco mais aos excluídos do Sistema de Previdência Social, o amparo passou a ser direcionado aos que não conseguiam garantir sua sobrevivência. Foi nessa época, ainda, que o governo criou a Legião Brasileira de Assistência – LBA em 1942.

De acordo com Behring e Boschetti (2011, p.107), a LBA foi criada com o objetivo de atender os familiares dos pracinhas intrincados na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), administrada pela então primeira dama Darci Vargas, o que é visto como um caráter de articulação clientelista e tutelar.

Na área social porém, pouca coisa mudou, a LBA se espalhou pelo país com a criação das comissões municipais estimulando o voluntariado feminino. O modelo

⁷ “[...]se refere à forma de oferta de um serviço por meio de uma doação, favor, boa vontade ou interesse de alguém e não como um direito” (CFESS, 2016, p.1).

assistencial baseado na caridade e na benemerência foi aprofundado e ampliado. Assim, a LBA caracteriza-se “[...] como instituição articuladora da assistência social no Brasil, com uma forte rede de instituições privadas conveniadas, mas sem perder essa marca assistencialista, fortemente seletiva e de primeiro damismo.” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p.108).

Com a Constituição Federal de 1988, a Assistência Social passou a ser reconhecida como política pública integrante da seguridade social, ao lado da Saúde e da Previdência Social. A proteção social foi reconhecida como direito do cidadão e dever do Estado. Portanto,

A Constituição Federal de 1988 foi um marco para a classe trabalhadora brasileira. Conforme o Art. 6º desta lei: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988). O documento foi um instrumento que garantiu, em termos da lei, a dignidade, a cidadania de todo sujeito assegurando-lhe as necessidades mínimas de sobrevivência com intuito de eliminar a pobreza e a marginalização através da proteção social. Na Carta Magna a política de assistência social é reconhecida como direito do cidadão e dever do Estado, ou seja, ela sai do campo da benemerência, da ajuda e se integra ao tripé da Seguridade Social juntamente com as políticas da previdência social e da saúde. (SILVA, 2018, p. 26).

Portanto, o que antes era visto como problema individual, ou “coisa de pobre”, passou a ser uma questão de todos, uma responsabilidade pública garantida por lei. Dessa maneira, pela primeira vez na história brasileira, o Estado determina que aqueles que não contribuem para a previdência social também têm direito à proteção social. A Assistência Social pública foi se constituindo, no Brasil, como um instrumento do Estado de enfrentamento às expressões da questão social, instituindo-se com uma aparência de ações compensatórias frente à pobreza e desigualdades sociais existentes, em que “cria organismos responsáveis pela prestação de serviços destinados aos trabalhadores identificados como pobres, carentes, desamparados.” (SPOSATI, 1998, p. 28).

O Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS foi instituído pela Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (LEI N°8.742/1993), como órgão superior de deliberação colegiada, vinculado à estrutura do órgão da administração pública

Federal responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Ela tem como objetivo “[...] incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, visando evidenciar suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado” (PNAS, 2004, p.13). Os princípios democráticos da PNAS (2004)⁸ consistem em:

- I–Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II–Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III–Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV–Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V–Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Foi na LOAS (1993) que se regulamentou os artigos da Constituição Federal de 1988, tratando a Assistência Social como uma das Seguridades Sociais do país, garantindo o modelo de gestão e de controle social de forma descentralizada e participativa. Como assevera Negri (2011, p.110):

Com a LOAS a política de assistência social teve sua concepção transformada, avançando na superação de sua percepção assistencialista, passando para o campo da política pública de responsabilidade do Estado. Isso ocorreu através das estratégias da descentralização político-administrativa, da instituição do comando único e na constituição dos Conselhos, Conferências, Fóruns, Planos e Fundos, promovendo o controle social sobre a política de assistência social.

Em 2003, o Sistema Único de Assistência Social - SUAS é deliberado na quarta Conferência Nacional e tem o objetivo de materializar a política descrita na LOAS. Com um caráter descentralizado e participativo, cria serviços, programas, projetos e benefícios sócio-assistenciais, como por exemplo o Benefício de

⁸Para mais informações indica-se acessar o link disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>

Prestação Continuada - BPC e o Bolsa Família (que agora é denominado de Auxílio Brasil), programas esses de geração de renda para a população carente.

Nesse sentido, o SUAS possui um comando único, ou seja, existe um determinado padrão da política em todos os municípios. Mantém-se com o financiamento público e conta com um modelo de gestão próprio, com profissionais especializados e está presente em todo o território brasileiro. É nessa perspectiva que

O Sistema Único de Assistência Social, em construção no país, é a materialização de uma agenda democrática cuja biografia tem raízes históricas nas lutas e contradições que compõem esse direito social, que foram e são objeto da atenção de intelectuais, da atuação de militantes e da ação de trabalhadores sociais em todo o país. Esse processo histórico de alguma duração, perto de quatro décadas, continua a requisitar muita atenção, já que aparece como referência para a montagem da nova condição da política de assistência social em curso. Esta justa “retrovisão” assessora o enfrentamento dos desafios colossais que envolve o projeto e o processo desse inédito sistema e garante a manutenção do seu compromisso central, que é solapar o flagrante desmonte do sistema de direitos sociais arduamente conquistados, que andava em curso no Brasil até 2003. (LOPES, 2006, p.77).

Conforme a NOB SUAS⁹ (2005, p. 86), “O SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira.” A Assistência Social abrange uma parcela da população que se encontra em contexto historicamente de extrema pobreza, vivenciando expressões de violência consequentes da produção e reprodução da acumulação do capital. Mas é importante mencionar que a mesma é fruto da luta e mobilização da classe trabalhadora e está ligada aos sujeitos que dela necessitar.

Considerando que essa política é o maior espaço de atuação do/a assistente social, é importante destacar o papel e legislações que amparam esse profissional a atuar nessa área. Ele se encontra como profissional inserido no mercado de trabalho, também como classe trabalhadora e “vende sua força de trabalho mediante recebimento de um salário” (Silva, 2018, p.19), sendo regulamentado pela lei de 7 de dezembro n° 8662 de 1993. Ainda de acordo com o autora (*IBIDEM*)

⁹ Consultar: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/norma-operacional-basica-suas-2005.pdf>

supramencionada, o Serviço Social está regulamentado enquanto profissão e sob leis que orientam e dão o devido suporte ao seu exercício profissional.

Em sua fase tradicional o Serviço Social esteve direcionado à manutenção da ordem social, minimização das mazelas sociais com vistas a apoiar a classe dominante e fortalecer/favorecer o sistema capitalista. Com o passar do tempo, a categoria profissional passou a questionar o papel social que a profissão possuía. Foi apenas a partir da década de 1960, diante do movimento de reconceituação, que o Serviço Social

[...] expressa um amplo questionamento da profissão de Serviço Social (suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação profissional), dotado de várias vertentes e com nítidas particularidades nacionais que reclamam pesquisa. Mas sua unidade assentava-se na busca de construção de um Serviço Social Latino-americano: na recusa da importação de teorias e métodos alheios à nossa história, na afirmação do compromisso com as lutas dos “oprimidos” pela “transformação social” e no propósito de atribuir um caráter científico às atividades profissionais. (IAMAMOTO, 2018, p. 213).

Esse movimento se inicia na época em que os países da América Latina, subordinados ao capitalismo mundial, viam a população sofrer cada vez mais com um sistema econômico desigual e excludente. Vários países latinos nesse período passavam também por um regime de ditadura civil militar, no Brasil esse período é marcado entre 1964-1985. Esse regime foi caracterizado por proibir a liberdade na vida da população, tanto no cenário político, quanto cultural, além de possuir registros de torturas e mortes de pessoas contrárias ao regime ditatorial.

Acrescem-se a isso, as inquietações e insatisfações de corpos profissionais, pois a partir daí os Assistentes Sociais passam a questionar o Serviço Social tradicional com a tentativa de distanciamento ao conservadorismo. No entanto, cada qual em seu respectivo país por decorrência da ditadura, que considerando o contexto enfraqueceu o movimento de reconceituação da América latina.

De acordo com Netto (2017) entre 1961-1964 inicia no Brasil pela autocracia burguesa um período de reenquadramento político, ideológico, cultural, educacional e com uma reformulação da perspectiva de modernização conservadora posta pela ditadura civil militar. Foi através do projeto desenvolvimentista e a perspectiva modernizadora proposta para o país, que o Serviço Social teve uma grande

renovação. Com ampliação do mercado de trabalho para os Assistentes Sociais, onde novas aquisições e atribuições são postas à profissão.

O Serviço Social é absorvido pelas grandes empresas, os assistentes sociais passam a atuar no campo através do desenvolvimento de comunidade, tendo como discurso de que unidos o Brasil sairia do atraso derivado do sistema econômico de exportação-agrária predominante, pois a pobreza e a miséria no país acabaria. Assim, a industrialização se torna a principal fonte de grande economia no país.

Nessa conjuntura a renovação da profissão teve como base a laicização nos cursos de Serviço Social nas universidades, que constituiu-se na ruptura com a Igreja Católica. José Paulo Netto (2017, p. 201) identificou que esse movimento no Brasil obteve três vertentes importantes: 1ºModernização Conservadora com base teórica estrutural-funcionalista; 2ºReatualização do Conservadorismo de base na fenomenologia e 3ºIntenção de Ruptura interligado à teoria social marxista, cujo movimento firmou-se com o projeto Escola de BH ou Método BH e com a produção do livro: “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” de 1982 de Marilda Lamamoto e Raul de Carvalho.

Entretanto, essa intenção de ruptura não significa que o conservadorismo e o tradicionalismo foram totalmente superados no interior da categoria profissional. Proporcionou, contudo, outros posicionamentos ideológicos e políticos com natureza mais crítica e contestadora em relação à ordem burguesa e às relações sociais estabelecidas no país.

A exemplo disso, cita-se os dois documentos de Araxá (1967) e o de Teresópolis (1970) construídos coletivamente e de base na modernização conservadora, numa perspectiva de renovação das bases do Serviço Social tradicional e não de sua real transformação ou mesmo modificação. O principal representante da perspectiva modernizadora conservadora foi José Lucena Dantas com a metodologia estrutural-funcionalista trazida para o Brasil (1965-1970). Referencia-se também a tradição do positivismo, combinando a micro e a macro atuação do Serviço Social; micro administração e prestação de serviços diretos e macro planejamento para o desenvolvimento requerido pelo contexto da ditadura.

Já a reatualização do conservadorismo é pautada na fenomenologia e permeada pelo ecletismo, a qual foi ensejada nos seminários de Sumaré e Alto da Boa Vista. Nesse movimento, os princípios conservadores ganham novos aspectos,

possuindo uma “recusa aos padrões teórico-metodológicos próprios da tradição positivista, com a crítica à interpretação causalista da sociedade e à assepsia ideológica do conhecimento.” (TINTI, 2015, p. 54).

De todo modo, o projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte (intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional), surge em metade dos anos 1970 após o Ato Institucional nº 5 (AI-5) no contexto da ditadura civil-militar, em que a violência e repressão policial militar institucionalizaram-se em toda sua extensão do Estado até a sociedade civil. O projeto destaca-se como um núcleo de contestação e oposição ao contexto ditatorial, com influência nas mudanças acadêmico-profissionais propostas pelo Movimento de reconceituação da América Latina.

Elaborando-se uma alternativa global ao tradicionalismo e conservadorismo profissional, caracterizando o início do momento da perspectiva de intenção de ruptura no Brasil. Essas foram práticas profissionais condutoras dos primeiros questionamentos às bases tradicionais do Serviço Social, com possibilidade de vínculo a projetos de interesses das classes trabalhadoras, proporcionando a erosão do Serviço Social tradicional e interrompido com a implantação da ditadura empresarial militar.

Foi com a produção teórica de Marilda Villela Iamamoto, docente e formuladora do projeto Método BH, juntamente com a coautoria de Raul de Carvalho – Relações sociais e Serviço Social no Brasil – que marcou a apropriação e aproximação do referencial teórico de Marx. Enveredando o Serviço Social brasileiro para a intenção de superação do positivismo, empirismo e fenomenologia. Formulando e desenvolvendo um projeto profissional crítico com impacto tanto no âmbito acadêmico quanto no cotidiano de exercício do assistente social.

Esse momento de maturação profissional do Serviço Social trouxe em pauta temas importantes como a questão da igualdade, da liberdade, da democracia, do pluralismo e contra a perpetuação da sociedade capitalista, defendendo ainda a autonomia profissional e emancipação humana. Esse período caracterizou-se pela busca do rompimento com o conservadorismo, com viés político e sem espaço para neutralidade político-ideológica.

É perante o movimento de redemocratização do Brasil que se tem a condição para a crítica política radical. Nessa direção, a profissão desenvolve a intenção de

ruptura com o conservadorismo profissional mais forte e constrói o Projeto Ético-Político que vai se deslindando entre as décadas de 1980 e consolida-se em 1990, através: a) Diretrizes curriculares de 1996; b) Código de Ética (1993); c) Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8662/93), que dão legitimidade à profissão.

Vale ressaltar que o projeto ético político não é um documento palpável e sim um norteador para a prática profissional do Serviço Social. Portanto, a busca pela concretização desse projeto implica junção orgânica do meio profissional e do meio acadêmico da profissão com a classe trabalhadora.

Decerto que os projetos profissionais carregam em si projeções individuais dos sujeitos, tendo esses uma relação direta com interesses sociais. No entanto, há também projeções coletivas na prática profissional que estabelecem conexão com a direção social que é imprimida. E, as direções sociais impressas atendem interesses sociais plurais, que, por sua vez, atendem a projetos societários. Portanto, os projetos profissionais são perpassados pelos projetos que norteiam a sociedade como um todo.

Os rumos dados pelos projetos societários seguem duas posições: a de transformação da ordem social ou a de conservação e perpetuação dessa. Em relação ao Serviço Social, seu projeto profissional hegemônico segue a primeira posição. E, seu pressuposto ético-político parte do compromisso com valores éticos humano-genéricos, como a liberdade. A razão desse compromisso é a vinculação a uma proposta de construção de uma sociedade sem alienação dos indivíduos e para além do capital.

A fim de dar continuidade ao debate, segue-se no próximo capítulo conjecturações sobre o exercício do/a assistente social e seu cotidiano profissional em período de pandemia de COVID-19, perante a administração da assistência social em Mariana/MG, salientando quais programas e serviços são ofertados pela rede de proteção social básica do município.

3 O EXERCÍCIO DE ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BÁSICA E A PANDEMIA DA COVID-19

Nos últimos anos estamos enfrentando a crise pandêmica do novo coronavírus (COVID-19). Registrado em fevereiro de 2020 o primeiro caso no Brasil, na cidade de São Paulo, onde em poucas semanas se espalhou para outras regiões do país e países da América Latina. Em março do mesmo ano, o mundo ficou perplexo com a rapidez com que o novo vírus se alastrava, determinando o fechamento global das fronteiras.

Como resultado dessa crise mostrou-se também o colapso dos sistemas de saúde mundiais, corroborados pela falta de equipamentos básicos de proteção individual e coletiva (luvas, máscaras entre outros), carência de leitos hospitalares, aparelhos respiratórios. Medidas extremas foram tomadas, como a quarentena, a restrição de circulação, o confinamento e várias outras medidas adotadas, a fim de minimizar e evitar o contágio do vírus. Ainda em meio a todo esse contexto,

A crise sanitária desencadeada pela pandemia evidenciou as desigualdades sociais do capitalismo contemporâneo, bem como a racionalidade destrutiva do capital. Particularmente, nesta atual fase, tornaram-se comuns manifestações de ordem negacionista e irracionalista, inclusive orientando políticas e ações governamentais no Brasil. Tais tendências trazem inflexões importantes à prática profissional de assistentes sociais, exigindo estratégias qualificadas e comprometidas com o desvelamento da realidade e defesa de uma sociabilidade que se contraponha à barbarização das relações sociais. (CRESS 4º Região, 2021, p.73-74).

Percebe-se que com a grande demanda posta pela pandemia, a maioria dos profissionais têm a sensação de impotência ao tentar responder frente as expressões da “questão social” e as necessidades emergentes da população, pois não têm como viabilizar todas essas demandas. Acarretando sensações de angústia, medo, adoecimento físico e mental aos profissionais que combatem na linha de frente desse momento.

Na entrevista da série “CFESS Entrevista”¹⁰, que tem como objetivo debater sobre a atuação profissional dos assistentes sociais em meio a pandemia, o CFESS (2020) entrevista Kelly Melatti, com o tema *a atuação do assistente social na*

¹⁰ Consultar: CFESS segue com a série de entrevistas, para debater sobre a atuação profissional na pandemia. Corona vírus: e quem trabalha na política de assistência social? Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1717>. Acesso em: 13 de out. de 2022.

assistência social. Melatti trabalha no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na cidade de São Paulo e afirma que está vivenciando na prática as dificuldades e desafios da atuação nesse contexto de pandemia e que é preciso fortalecer a ideia de que a assistência social é uma política fundamental para a população. A entrevistada identifica que *“As pessoas estão percebendo que é preciso de mais financiamento para a assistência social para garantir o atendimento à população, especialmente com a crise econômica, desemprego e desigualdade social que têm se intensificado”*. Segundo Melatti,

Os/as trabalhadores/as do SUAS não podem se identificar com a ilusão de que são heroínas ou heróis do tempo presente, isso é uma falácia romântica que remonta a práticas espontaneístas e voluntaristas, que nada contribuem para o fortalecimento do SUAS enquanto política pública. (CFESS, 2020, p.1).

Ainda de acordo com a Assistente Social, a pandemia proporcionou a visualização das insuficiências do SUAS. Como por exemplo, a redução de equipes, contratos de trabalho precarizados, baixo número de equipamentos do CRAS, CREAS, e centros POP (ponto de apoio à pessoa em situação de rua). Além do maior número de demandas devido ao aumento dos usuários dos serviços, falhas na gestão da assistência social e desrespeito pelo Executivo em relação ao controle social da pandemia.

Acresce-se, ainda, a ausência de financiamento público destinado para a política de assistência, falta de informações sobre programas governamentais em meio a essa fase, escassez de treinamento adequado aos profissionais do SUAS em relação à pandemia, reduzidos equipamentos de proteção individual (EPIs) aos profissionais que estão na linha de frente ao combate ao corona vírus, dentre outras contradições. Acerca disso, é importante situar que o fundo público é um espaço de disputa de classes, o qual

[...] ocupa um papel relevante na articulação das políticas sociais e na sua relação com reprodução do capital. A presença dos fundos públicos na reprodução da força de trabalho e gastos sociais é uma questão estrutural do capitalismo. (SALVADOR, 2010, p. 608).

Nessa conjuntura, torna-se ainda mais indispensável que os Assistentes sociais fundamentem a sua intervenção profissional no entendimento do fundo

público e nos três núcleos da profissão que consistem em: teórico-metodológico, sócio-histórico e fundamentos do trabalho profissional. Com base neles é possível uma intervenção consciente sobre e na realidade, que contribua para o fortalecimento de políticas públicas de qualidade, compreendendo as dimensões universais e particulares das expressões da “questão social” que constituem as situações singulares dos sujeitos que buscam por seguridade social. Menciona-se, ante o exposto,

[...] que a condição de trabalhador assalariado do Assistente social, em instituições públicas ou privadas, e em qualquer um dos espaços ocupacionais, faz com que ele não tenha controle sobre todas as suas condições e meios de trabalho, sendo que as instituições empregadoras definem até mesmo o objeto de intervenção do Assistente social, isto é, os recortes da questão social em que o profissional irá atuar. No entanto, os demais meios de trabalho, que são o conhecimento e habilidades profissionais, pertencem ao Assistente social, mas existe um conjunto de determinações que condicionam as possibilidades de desenvolvimento pleno deste saber especializado do profissional. Tais determinações se referem ao recorte de classe, gênero, raça, etnia que se aliam aos traços de subalternidade da profissão e a herança cultural católica, entre outros (SIMÕES, 2012, p.75).

Alinhando assim, o seu exercício profissional a um projeto societário em defesa dos direitos da classe trabalhadora, configurado nas lutas sociais pela emancipação política dentro da ordem vigente, tendo como horizonte a construção de outra sociedade para além do capital. Profissionais que buscam e são capazes de ler a realidade social de forma totalizante, ancorada em uma perspectiva com os três núcleos de fundamentação, que possam construir intervenções na defesa dos direitos sociais de forma crítica sobre a sociabilidade existente.

Ficou nítido que com a crise pandêmica do novo coronavírus concretiza-se a importância da luta por uma Política de Assistência social permanente, de cunho universal e igualitário. O Governo Federal no ano de 2020 disponibilizou o auxílio emergencial que teve “por objetivo fornecer proteção emergencial no enfrentamento à crise causada pela epidemia do coronavírus - COVID -19, em conformidade com a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020” (MINISTÉRIO DA CIDADANIA). Entretanto, o auxílio não contemplou universalmente a classe trabalhadora. Com isso,

É importante não esquecer que, enquanto o “orçamento de guerra” propunha esses verdadeiros presentes ao capital, para a classe trabalhadora sem rendimento o governo federal propôs o auxílio emergencial no valor de míseros R\$ 200,00 (que foram recompostos pelo Congresso para R\$ 600,00), a suspensão dos contratos de trabalho com redução salarial e a facilidade para empregadores interromperem os contratos de trabalho. Dos 108 milhões de trabalhadores(as) que solicitaram o auxílio emergencial, somente 68 milhões receberam, chegando a 44% dos domicílios brasileiros. Em contraposição, somente 4,2 milhões solicitaram seguro-desemprego até agosto de 2020. Esses números mostram a redução cada vez maior dos direitos trabalhistas e a ampliação do benefício assistencial na reprodução da força de trabalho. (BEHRING; BOSCHETTI, 2021, p.78).

A prefeitura de Mariana, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania/ SEDESC e Secretária de Desenvolvimento Econômico, disponibilizou o cartão Apoio Municipal Emergencial de Mariana/AME. Esse programa visou fornecer um auxílio emergencial às famílias em vulnerabilidade social da cidade, no período de três meses no valor de R\$750,00, dividido em três parcelas de R\$250,00. O critério para o recebimento desse benefício era de que se as famílias marianenses inscritas no Programa Bolsa Família do Governo Federal estivessem inscritas na folha de pagamento do mês de abril de 2021, receberiam assim o cartão AME. Implicando a seletividade e restrição na concessão do auxílio a outras famílias também em vulnerabilidade na região.

A atuação profissional de Assistente Social no contexto de pandemia provoca rebatimentos diferenciados no cotidiano do exercício profissional, posta a necessidade de novas estratégias para viabilizar os direitos sociais da classe trabalhadora, tarefa essa que depara-se com possibilidades e limites, compreendendo assim que:

O Assistente Social é um profissional do Serviço Social que exerce um papel fundamental no desenvolvimento das ações no CRAS. Seu trabalho é baseado nas atividades dentro da instituição, dentre elas: a função interventiva junto às famílias e comunidades por meio de metodologias próprias do Serviço Social e sistemática, no processo de efetivação das políticas sociais, tendo esse profissional, o devido discernimento dos objetivos propostos na política de efetivação dentro da realidade atual no âmbito de suas atribuições e competências: artigo 04 e 05 da Lei 8.662/93.

O Assistente Social configura-se no âmbito da relação entre o Estado e a sociedade participando do processo de reprodução dos interesses do Estado e da preservação da ordem vigente, visando

responder às necessidades de determinada classe trabalhadora. (EUGENIO; DE SOUZA GONZAGA, 2019, p. 967-968).

Ainda de acordo com as autoras (*IBIDEM*, p.698), o trabalho de assistentes sociais no CRAS implica em uma estratégia de planejamento conjuntamente com a equipe de trabalho para resolução “dos serviços e as ações de acordo com a tipificação nacional dos serviços sócio assistenciais por meio da busca ativa, grupos de famílias, atendimento individualizado, encaminhamento, estudo social e estudo de caso”.

É importante dizer que Assistentes Sociais no seu cotidiano profissional na Proteção Social Básica lidam com demandas oriundas da Proteção Social Especial, a qual é destinada a indivíduos e famílias que estão em situação de risco pessoal ou social por diversos motivos: maus tratos (físico, psíquico), abuso sexual, trabalho infantil, abandono, situação de rua, uso abusivo de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio educativas, dentre outras. Sendo o Centro de Referência Especializado da Assistência Social-CREAS o principal equipamento de atendimento dessas demandas.

Também lida com demandas da Proteção Social Especial de Média Complexidade, serviço que atende famílias e indivíduos também no CREAS que se encontram com vínculos comunitário e familiar não rompidos, todavia, estão com seus direitos violados. Já no que concerne à Proteção Social Especial de Alta Complexidade é o atendimento a indivíduos e famílias com vínculos familiares ou comunitários rompidos (ou sem referência) devido à situação de risco, ameaça, os quais são retirados do convívio familiar. Alguns espaços que os abarcam são: atendimento Integral Institucional, Casa Lar, Casa de Passagem, Família Acolhedora, República, Medidas socioeducativas restritivas e privativas de Liberdade, onde são garantidas alimentação, higienização, moradia entre outras. Dito isso, é importante apresentar como se configura a Assistência Social da cidade Marianense.

3.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CIDADE DE MARIANA/MG

A cidade de Mariana é um município brasileiro localizado no Estado de Minas Gerais e fundada em 16 de julho de 1696 (326 anos), caracterizada por seu contexto

histórico, religioso, artístico e de traços coloniais, possui de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2020) cerca de 61.288 mil habitantes. Mariana localiza-se nas regiões geográficas intermediária com a capital de Belo Horizonte e aproxima-se dos municípios de Santa Bárbara e Ouro Preto, incluída assim na mesorregião Metropolitana¹¹ de Belo Horizonte. Sua principal atividade econômica depende principalmente da extração de minérios de ferro, turismo e comércio local.

Receita essa que desde 2015, após o rompimento da Barragem de rejeitos Fundão da Mineradora Samarco (VALE/ BHP), sofreu grande queda, conforme afirmou o ex-prefeito de Mariana Duarte Júnior: “A paralisação da Samarco vai representar uma queda de 27% da nossa arrecadação, cerca de R\$ 6 milhões por mês” (CFEM, 2015, p.1), onde “impacta profundamente na arrecadação municipal e consequentemente na oferta de serviços sociais público” (BERTOLLO, 2018, p.159). Nesse sentido, “Os gestores públicos, em especial os prefeitos, têm grande flexibilidade para usar os royalties da mineração, já que estas receitas podem ser usadas para qualquer finalidade, [...]” (DE CÁSSIO RODRIGUES; RODRIGUES, 2019, p. 3).

Percebe-se que o cenário econômico e consequentemente social do município de Mariana-MG mudou consideravelmente nesse período. A paralisação da empresa Samarco implicou mudanças na gestão da cidade, pois o número de desemprego elevou-se rapidamente. Nesse sentido

Em meio à crise, a Prefeitura de Mariana prevê cortes de 400 servidores a qualquer momento, incluindo um quinto dos 125 médicos. Essas demissões podem engrossar os 13 mil desempregados que vivem na cidade, o que corresponde a nada menos que 25% de toda a população, segundo a administração municipal. De acordo com estimativa do Sistema Nacional de Emprego (SINE), cerca de 9 mil pessoas (70%) perderam o sustento devido à baixa na mineração, gerando um efeito dominó em todo o setor produtivo. (JORNAL ESTADO DE MINAS, 2016).

Essa condição fez com que a classe trabalhadora recorresse drasticamente aos serviços sócio assistenciais existentes do Município de Mariana. Gerando um aumento considerável nas demandas da política de Assistência Social, Previdência

¹¹Lista de mesorregiões e microrregiões de Minas Gerais,1989-2017. Disponível em: <<https://www.guiagerais.com.br/minas-gerais/mesorregioes/>>. Acesso em: 23 de nov. de 2022.

e Saúde nesse contexto de crise da mineração, que é fruto da maior concentração da economia do município. Silva aponta que,

Em suma, após o rompimento da Barragem de Fundão, o município vivencia um contexto de expressiva requisição dos serviços públicos. A saúde, a assistência social e a habitação são políticas sociais fortemente requisitadas. Ao mesmo tempo que o episódio do dia 05 de novembro impactou economicamente o cofre público da cidade criou-se um descompasso muito grande em relação ao atendimento à população usuária da assistência social. (SILVA, 2018, p. 37).

É nítida a importância dos técnicos Assistentes Sociais frente às crises existentes do capital, que evidencia ainda mais a contradição entre capital e trabalho. Suas intervenções contribuem consideravelmente para a mediação e viabilização do acesso aos direitos da classe trabalhadora, tendo em vista que

Atualmente, os profissionais assistentes sociais do município exercem seu trabalho em condições mínimas, o que implica uma racionalização ainda maior das suas ações no que se refere ao provimento de serviços e benefícios aos usuários. Tal configuração laboral é mais um desafio posto aos profissionais que já lidam diariamente com a precarização do mercado de trabalho. (*IBIDEM*).

Desse modo, a crise na cidade mineradora implicou grandes modificações na administração do município, o desemprego subiu consideravelmente e a gestão passou a recorrer em novas estratégias para a administração econômica voltar a regularizar-se. Com o objetivo de minimizar tamanha crise na cidade, conforme aponta Horst (2022, no prelo),

Uma das respostas a tal cenário na cidade foi a criação da Fundação Renova, em junho de 2016. Trata-se de uma organização social sem fins lucrativos, fundada a partir do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). A mesma possui como instituições mantenedoras a Samarco Mineração S.A., a Vale S.A e a BHP Billiton Brasil Ltda. A Fundação Renova é responsável pela contratação direta e indireta de novos profissionais que são alocados nos serviços públicos em Mariana, que vêm sendo feitos via terceirização e quarteirização.

Atualmente a Fundação Renova não é mais responsável pela contratação dos servidores públicos de Mariana, pois a Prefeitura retomou com as contratações dos respectivos profissionais. Todavia, a distribuição e realização de capacitação ou

mesmo especialização para os servidores públicos de Mariana é ainda realizada por ela.

Dentre os benefícios eventuais que compõem a assistência social do município¹², os quais são concedidos em virtude de vulnerabilidades temporárias e visam minimizar situações de riscos, perdas e danos, tem-se: auxílio alimentação na forma de cesta básica (lei n° 8790, de 20 de março de 2017), auxílio natalidade (lei n° 3245, de 10 de outubro de 2018), auxílio moradia (lei n° 9779, de 15 de julho de 2019), auxílio funeral (lei n° 3.280, de 25 de junho de 2019), isenção de taxas de documentações, entre outros.

Ainda no município existem alguns programas de geração de renda, dentre eles estão: Programa Ativa Idade (lei n° 3155, de 11 de julho de 2017), Inclusão Produtiva da Mulher (lei n° 3212, de 18 de abril de 2018), Inclusão Produtiva da Pessoa com Deficiência (lei n° 3277, de 25 de junho de 2019), Projovem (lei n° 3416, de 13 de abril de 2021).

O programa Ativa Idade é voltado para o público masculino e feminino com idade superior a 55 anos. Entretanto, homens com idade inferior a 55 anos podem ser inseridos, desde que não sejam beneficiários de outros programas governamentais e se encontrem em situação de vulnerabilidade social. Os critérios para inserção no Ativa Idade consistem em possuir inscrição no Cadastro Único /Cadúnico dos Programas Sociais do Governo Federal, não possuir aposentadoria, ter relatório de encaminhamento pelo setor do Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS e/ou Centro de Atenção Psíquico Social- CAPS. Além de residir no município por no mínimo dois anos (ter comprovante de residência de até 90 dias, ou cópia de contrato de aluguel), ter renda limite de pobreza Cadúnico dos Programas Sociais ou 1/4 salário mínimo vigente.

A Inclusão Produtiva da Mulher é direcionada ao público feminino que possua entre 18 a 55 anos de idade e chefes de família. O objetivo principal do programa consiste em oferecer apoio às unidades familiares chefiadas por mulheres em situação de vulnerabilidade social, com vista à capacitação para o trabalho, com

¹² Site oficial de mariana disponível em: <http://camarademariana.mg.gov.br/legislacoes/categoria/15/>: Acesso em: 11 de ago. de 2022.

caráter de auxílio econômico para erradicação da pobreza e a promoção da dignidade e do desenvolvimento humano sustentável.

Para ser inserida no programa Inclusão Produtiva da Mulher, precisa residir no Município por pelo menos dois anos, ser assistida pelo CRAS ou CREAS por pelo menos 3 meses, possuir Cadúnico, responsabilizada de realizar sua respectiva contribuição previdenciária junto ao INSS (deverá apresentar ao programa as vias originais da contribuição realizada). Além de ter frequência e participação nos cursos de capacitação, cuja duração do programa incide em 12 meses.

O Programa Inclusão Produtiva da Mulher-PIPM possui algumas prioridades, dentre elas estão: a) Composição familiar com gestantes; b) Criança ou Adolescente de 0 à 18 anos de idade; c) Idoso ou beneficiário do Benefício de Prestação Continuada-BPC; d) Pessoa com deficiência física ou mental.

O Programa Inclusão Produtiva da Pessoa com Deficiência é destinado a homens e mulheres com 18 a 60 anos de idade. O objetivo do programa é oferecer apoio institucional às pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social, com vistas à capacitação para o trabalho, auxílio econômico para erradicação da pobreza e promoção da dignidade, devendo possuir laudo médico que comprove a deficiência nas categorias a) Deficiente Físico b) Auditivo c) Visual d) Mental e) Múltipla.

Ainda no Programa Inclusão Produtiva da Pessoa com Deficiência o interessado na inserção da vaga não pode ser beneficiário de outros programas do município. Não pode ser beneficiário do BPC, não deve ser aposentado pelo INSS ou outro instituto de previdência, além de não estar em seguro desemprego, não ser exonerado pelo Serviço Público por aposentadoria compulsória ou justa causa. Deve, ainda, possuir comprovação de vulnerabilidade, comprovar que reside no município por pelo menos quatro anos, além de ser inscrito no Cadúnico.

O programa Projovem é voltado para adolescentes de 16 a 21 anos de idade. É caracterizado por fomentar incentivo ao primeiro emprego, valorizando o potencial e promovendo o exercício laboral dos jovens. Proporcionando aumento da escolarização, aprendizado, profissionalização e experiência prática da formação técnico profissional.

O jovem deve residir no município por pelo menos dois anos, ser assistido ou acompanhado pelos serviços do CRAS ou CREAS no mínimo por três meses.

Comprovar renda, limite de pobreza do CadÚnico e Programas Sociais ou possuir 1/4 salário mínimo. Deve ter matrícula ou frequência regular em instituição de ensino (caso ainda não tenha concluído o ciclo básico de ensino). Das vagas, 75% são para jovens em situação de vulnerabilidade social e 25% para jovens outras situações de vulnerabilidade social; o tempo de duração do programa é de apenas 12 meses. De acordo com a prefeitura municipal de Mariana/MG¹³, o Centro de Referência da Infância e da Adolescência – CRIA:

Acolhe crianças e adolescentes, de 06 a 17 anos de idade, no período contra turno, através de atividades socioeducativas, recreativas, esportivas e culturais e funciona de segunda a sexta-feira. O objetivo do espaço é o de promover a formação cidadã e o protagonismo juvenil, a fim de desenvolver o potencial dos usuários, promover a autoestima e fortalecer o vínculo com a família, a escola e a comunidade.

Dentre as atividades voltadas a esse público-alvo estão as oficinas disponíveis: Esportes, Natação, Dança, Música, Percussão, Capoeira, Taekwondo, Muay-thai, Saberes, Informática educativa, Educação para a cidadania e patrimônio¹⁴. Ainda no município Marianense é destinado à pessoa idosa o programa Recriavida -nome criado para o programa- que

Busca contribuir para o processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo, visa propiciar vivências e experiência que estimulem e potencialize condições de escolher e decidir, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo social dos idosos. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA/MG).

As atividades e oficinas voltadas para o programa Recriavida incidem em: Avaliação Médica, Avaliação com Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional, Hidroginástica, Tai Chi Chuan, Artesanato, Coral/ Grupo de Seresta, Teatro, Fisioterapia Preventiva e Oficinas da Memória.

Como observa-se, o município de Mariana possui um quadro amplo de programas e serviços que dão suporte à Política de Assistência Social da cidade. Todavia, por vezes são vinculadas a ações clientelistas, mandonistas, assistencialistas e favoritistas para determinado público que recorre a alguns

¹³ Consultar em: <https://www.mariana.mg.gov.br/cria>. Acesso em: 13 de out. de 2022.

¹⁴ Jornal ponto final, 21 a 27 de Julho de 2022, p.3. Disponível em:< <https://jornalpontofinal.com.br/>>. Acesso em: 11 de out. de 2022.

vereadores/as ou por posições de cunho político, situação essa que desvaloriza o direito real de uma Política de Assistência Social universal, gratuita e de qualidade. Tal situação interfere no cotidiano profissional de assistente sociais no CRAS em Mariana, motivo pelo qual enseja-se o subtópico abaixo.

3.2 O COTIDIANO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NUM CRAS MARIANENSE

A Proteção Social Básica se desenvolve a partir de três características: preventiva, protetiva e proativa. O CRAS é seu principal equipamento, cujo crucial serviço é o de Proteção e Atendimento Integral à Família –PAIF. Ele

[...] consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações do PAIF não devem possuir caráter terapêutico. (BRASIL, 2014, p.12).

Há também o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV que proporciona o fortalecimento e convivências entre os usuários, familiares e comunidade. “Deve prever o desenvolvimento de ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, presença de pessoas com deficiência, etnia, raça, entre outros.” (*IBIDEM*, p.16). Já o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas idosas e com deficiência tem o objetivo de prevenir a ruptura dos vínculos familiares e prevenir violação de direitos, pois

O serviço deve contribuir com a promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a toda a rede socioassistencial, aos serviços de outras políticas públicas, entre elas educação, trabalho, saúde, transporte especial e programas de desenvolvimento de acessibilidade, serviços setoriais e de defesa de direitos e programas especializados de habilitação e reabilitação. Desenvolve ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da

cidadania e inclusão na vida social, sempre ressaltando o caráter preventivo do serviço. (*IBIDEM*, p. 25).

Ao mesmo tempo o CRAS foi criado para atender à população de maior vulnerabilidade social e levar as famílias aos serviços ofertados pela Política de Assistência Social. Localizado em área de vulnerabilidade social – sendo campo de estágio entre julho de 2021 a junho de 2022 o CRAS¹⁵ – é um equipamento sócio assistencial e funciona como unidade pública estatal num espaço alugado pela prefeitura de Mariana-MG. De base territorial fundado no ano de 2006 pelo município, está instalado em uma casa ampla com fácil acesso para os usuários e de fácil localização. É relevante identificar que a Proteção Social Básica,

Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (PNAS, 2004, p. 33).

O município de Mariana possui quatro Centros de Referência da Assistência Social – CRAS por meio da proteção social básica: CRAS Cabanas, CRAS Colina, CRAS Distrito e CRAS Bairros, junto à rede de apoio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania-SEDESC. Vale dizer que os objetivos do CRAS consistem em:

- Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida;
- Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;
- Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades;
- Promover acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços sócio assistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social;
- Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos;
- Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares. (BRASIL,2014, p.13).

¹⁵ Esse equipamento foi instrumento de análise ao longo da vivência do estágio curricular. Não nomeamos o CRAS para não ferir nenhum princípio ético.

A construção do CRAS marianense possui banheiro coletivo para os usuários do equipamento e seus funcionários, salas para realização de grupos e atividades coletivas, reuniões de equipe e uma brinquedoteca (parte inferior da casa). Possui cerca de três salas para atendimentos, pois quando o fluxo de atendimento se encontra acentuado é necessário utilizar a sala da coordenação para a realização de algum atendimento presencial. Em cinco de julho de 2021, período com alta taxa de contaminação do vírus, o CRAS possuía 2,840 famílias cadastradas¹⁶ no equipamento; em seis de junho de 2022 faixa mais branda da pandemia foi registrado 3,044 cadastros na unidade, ou seja, um aumento de 204 famílias, em torno de um ano. Possuindo uma equipe técnica composta por seis assistentes sociais, em que cinco desses têm o vínculo de trabalho contratual e apenas um efetivo. Sobre esse equipamento estatal é significativo destacar que

O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio socio familiar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. (*IBIDEM*, p. 36).

Sobre os servidores inseridos no CRAS, com base no período de estágio, encontrava-se: a coordenadora do equipamento que possui bacharelado em Administração (pela UFOP), uma educadora social, uma ajudante para os grupos através do programa ativa idade, uma recepcionista contratada para horário integral de 6 horas, dois recepcionistas do programa PIP da Mulher, um motorista, dois auxiliares de serviços gerais e uma auxiliar de serviços gerais do programa Renda Mínima; além de dois estagiários do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP.

É importante dizer que o processo de observação do trabalho do/a Assistente Social se perpassou levando em conta as condições estruturais da instituição, do

¹⁶ Dados colhidos do diário de campo da estagiária, entre Julho de 2021 à Junho de 2022.

município (administração, economia, cultura, história), da localização do equipamento CRAS, dos serviços e programas existentes na realidade do município. Por conta disso, consegue-se indicar algumas limitações e possibilidades existentes nos serviços ofertados pela Política de Assistência na proteção social básica de Mariana, bem como algumas estratégias e meios para a viabilização dos direitos desses usuários.

Alguns limites ocorrem através: a) da restrição de vagas para acesso aos Programas Municipais; b) Seletividade para conseguir vaga nos diversos Programas; c) Burocratização para acessar qualquer serviço; d) existência de critérios para concessão de benefício, serviços e programas; e) existência de clientelismo, politicagem para a concessão de benefícios e ou programas.

Já as estratégias perpassam: a) Informação dos serviços e programas ofertados; b) viabilização e garantia dos serviços e demandas; c) encaminhamentos para a rede e articulação com os programas; d) estudo de acompanhamentos; e) articulação com equipe multiprofissional. Desse modo, concorda-se com as Orientações Técnicas Centro de Referência a Assistência Social – CRAS (2009, p. 66) quando diz que “as políticas públicas necessitam de ininterrupto aperfeiçoamento para o cumprimento de seu objetivo maior: a concretização de direitos.”

Nessa reflexão, o CRAS contribui para viabilização de direitos, apoiando as famílias por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares. Pode-se observar como a população usuária do serviço em sua grande maioria é de mulheres, com faixa etária distinta, chefes de família, desempregadas, com renda informal ou inseridas em algum programa de geração de renda do município (Programa Renda Mínima, Programa Ativa Idade) ou programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família (recentemente chamado de Auxílio Brasil), financiado pelo Governo Federal. Acerca disso deve-se refletir e compreender que:

Na sociedade patriarcal capitalista em que vivemos, as mulheres são ensinadas a acolher, cuidar, educar, acalmar e servir, sendo responsabilizadas pelo “bem-estar” da família e, por extensão, da sociedade. De forma sintética, na divisão sexual do trabalho cabe às mulheres a reprodução social. (RUSSO, CISNE, BRETTAS, 2008, p.136).

Percebe-se que a responsabilização do lar é direcionada intensamente à mulher, bem como a reprodução social do núcleo familiar. Ainda conforme as autoras, as mulheres “são responsáveis pela Assistência, seja por se constituírem, majoritariamente como o seu público usuário, seja por atuarem prestando serviços à população.” (*IBIDEM*, p.149).

Acerca dos usuários do equipamento observa-se que muitas usuárias não conseguem se inserir no mercado formal de trabalho devido à necessidade de alguém realizar os cuidados com seus filhos infantis. Sinalizando, portanto, a falta de vagas em creches no município aponta-se a necessidade de disponibilizar mais vagas para crianças nessas instituições. Logo, a participação dos homens do território que procuram pelos serviços oferecidos pelo equipamento é marcada por menor número.

Percebe-se que o público masculino não procura tanto pelos serviços da Política de Assistência Social quanto as mulheres, e quando procura a faixa etária de idade desse público permanece de quarenta anos pra cima, de acordo com os dados registrados no diário de campo de estágio, entre julho/2021 a junho/2022. Em Mariana, por ser considerada uma cidade com mineradoras, vê-se que a classe trabalhadora em sua maioria masculina está inserida nessa atividade, que colabora com a economia do município e o fluxo da população gira em torno desse sistema, visto que de acordo com Bertollo,

Reconhecemos que o aumento populacional em Mariana-MG é fortemente influenciado pela mineração extrativista. Tal atividade requisita uma expressiva quantidade de força de trabalho, o que faz com que os indivíduos se desloquem para o município, a fim de vincularem-se ao setor por meio do emprego. O fluxo migratório no município é conformado pelas fases de expansão da atividade minerária e pelas fases de recuo produtivo/econômico deste setor. Assim, requisita-se e repele-se a força de trabalho, o que altera significativamente o contingente populacional. Importante mencionar que são os trabalhadores vinculados às empresas terceirizadas que prioritariamente vivenciam este fluxo migratório. (2018, p.154).

Já o índice de escolarização dos usuários do CRAS perpassa um baixo número de efetivação escolar, como afirmou Benjamin (2016, p. 2) ao dizer que “A educação formal sempre foi restrita a pequenas elites ou a grupos fechados,

especialmente os religiosos”. Denota-se que a evasão escolar perpassa os usuários que acessam a Política de Assistência Social. Muitos usuários do CRAS relataram que desde cedo deixam de frequentar as escolas para se inserirem no mercado de trabalho e assim contribuir com os rendimentos do núcleo familiar.

A questão da moradia é expressivamente marcada por aluguel, aluguel social (prefeitura), ocupações irregulares, onde muitas das vezes são localizados em lugares sem acesso à água, energia, saneamento básico e pavimentação. Maricato (2015, p. 20) identificou que

[...] os bairros de moradia dos trabalhadores são construídos por eles mesmos, nos seus horários de descanso. E também por isso, as favelas fazem parte da reprodução da força de trabalho formal. Foi assim durante o processo de industrialização por substituição de importações e é assim atualmente, nas cidades conhecidas como globais. As favelas integram as cidades de países como o Brasil.

O exercício do/a Assistente Social em Mariana, possui um quadro amplo de atividades, dentre os encaminhamentos para outros serviços ofertados pela rede socioassistencial do município estão: Aluguel Social (setor habitação), Inclusão produtiva da Mulher, Projovem, Programa Ativa Idade, Inclusão Produtiva da Pessoa com Deficiência (PIPD). Outros serviços ofertados são: isenções de taxa para segunda via de documentos (Identidade, foto 3X4, Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento e outros), auxílio-natalidade destinado a mulheres grávidas e requisitado de forma espontânea pelas mesmas, auxílio transporte de mudança, auxílio deslocamento (o usuário solicita quando quer visitar um parente doente ou em caso de falecimento, em outra localidade), auxílio funeral dentre outras.

Destaca-se que a maior demanda solicitada pelos usuários dos serviços do CRAS é o Benefício Eventual da Cesta Básica, mostrando que a insegurança alimentar é um desafio presente e constante no cotidiano dos usuários dos serviços no equipamento. Para o município de Mariana,

Art. 1º - O auxílio alimentação, na forma de cesta básica, é uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, conforme Artigos 4º, 17 e 18 da Resolução nº 005, de 12 de abril de 2012, do Conselho Municipal de Assistência Social. (Publicações Prefeitura de Mariana

Legislação: Decretos DECRETO Nº 8.790, DE 20 DE MARÇO DE 2017).

De acordo com o decreto municipal, esse benefício é algo suplementar e temporário. Entretanto, a demanda por ele no equipamento é frequente e entendido como um serviço de caráter mensal, ou seja, muitos usuários solicitam o benefício regularmente sem mesmo possuírem os requisitos ou tempo previsto da última concessão (30 dias úteis) para a obtenção dele. Para Bovolenta (2017, p. 510),

O caráter eventual desses benefícios, se mal compreendido ou utilizado de modo contrário a sua finalidade, pode contribuir para camuflar violações de direitos que são permanentes na vida do cidadão, apoiando-os nas condições de ocasionalmente algo que é, por vezes, constante e duradouro.

Percebe-se que no equipamento da Assistência Social “A alimentação possui uma atenção permanente, ou seja, são quase sempre as mesmas famílias atendidas diante de uma situação de vulnerabilidade social.” (*IBIDEM*, p. 523). À vista disso, o governo camufla e negligencia os direitos desses cidadãos.

Ainda conforme Bovolenta (*IBIDEM*), a cesta básica e outros programas de alimentação são meios de atenção que se enquadram mais na área da segurança alimentar do que na política de assistência social, questão essa que merece ser refletida constantemente na prática profissional. Acredita-se que os benefícios eventuais de cesta básica não se caracterizam como uma necessidade apenas eventual ou temporária, mas sim um direito fundamental para a sobrevivência humana.

Como bem já escreveu Sousa (2008), o profissional Assistente Social se encontra inserido no mercado de trabalho formal e se apresenta assim também como classe trabalhadora, independente do espaço sócio ocupacional que esteja inserido. Portanto o trabalho desenvolvido pelo/a Assistente Social no CRAS compreende um conjunto de atividades que visam dar suporte e materialidade à concretização dos serviços sócio-assistenciais oferecidos pelo município; e todas as suas intervenções vão ao encontro do projeto ético-político da profissão e não ultrapassam as competências e atribuições que constam no Código de Ética (1993) e na Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8662/93). Conforme apontou Yazbek (2009, p. 13-14), o Serviço Social desenvolve seu exercício profissional

1º- pelo atendimento de demandas e necessidades sociais de seus usuários, podendo produzir resultados concretos nas condições materiais, sociais, políticas e culturais na vida da população com a qual trabalha, viabilizando seu acesso a políticas sociais, programas, projetos, serviços, recursos e bens de natureza diversa. Nesse âmbito, desenvolve tanto atividades que envolvem abordagens diretas com os usuários, como ações de planejamento e gestão de serviços e políticas sociais; 2º- por uma ação socioeducativa para com as classes subalternas, interferindo em seus comportamentos e valores, em seu modo de viver e de pensar, em suas formas de luta e organização e em suas práticas de resistência.

Dentre as atividades realizadas no cotidiano profissional pelo assistente social no CRAS cabe destacar o atendimento individual e familiar, cadastros, encaminhamentos, acolhimento, monitoração de atendimentos, elaboração de relatórios sociais, pareceres, visitas domiciliares, supervisão de estágio em Serviço Social, participação em reuniões junto à Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC), Ação de conscientização com temas diversos (pessoa idosa, com deficiência, Criança e Adolescente, Violência contra a Mulher, pessoa em situação de rua, dentre outros).

Em meio às reuniões, elenca-se aquelas com a equipe (semanalmente), a articulação em conjunto com a rede: destacando-se a Unidade Básica de Saúde-UBS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social-CREAS, Conselho Tutelar, Centro de Atenção Psíquico Social-CAPS, Centro de Atenção Psíquico Social Infância e Juventude- CAPSIJ, A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE, Ministério Público, Escolas, Creches, Lar para Idosos, entre outras instituições.

No exercício profissional, o/a Assistente Social utiliza dos instrumentais que auxiliam e subsidiam suas intervenções, fortalecendo assim vínculos com os usuários do serviço, sendo alguns deles: parcerias com profissionais de outras áreas (Psicólogos/as, Enfermeiros/as, Educador/a Social), visitas domiciliares /institucionais, elaboração de projetos, estímulo à conscientização e autonomia dos usuários, relatórios, cadastros, encaminhamentos para outros setores, atendimentos presenciais/remotos e, além disso, atendimento via telefone, do monitoramento dos acompanhamentos, bem como outras atribuições e instrumentais.

Em sua atuação profissional, o/a Assistente Social poderá enfrentar muitos entraves para a realização das atividades programadas. Na Proteção Social Básica os principais desafios encontrados são, por vezes, a redução da autonomia relativa que parte da equipe técnica possui, visto que se encontra em vínculo de trabalho contratual ou com pouco tempo de atuação(experiência), e em algumas ocasiões ter de se submeter às exigências/limites da instituição ou ainda as interferências no gerenciamento dos programas ofertados, que muitas vezes são seletivos, restritos e com poucas vagas. De todo modo, é crucial indicar que

Ainda que dispondo de relativa autonomia na efetivação de seu trabalho, o assistente social depende, na organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não governamentais que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano de trabalho institucional. Ora, se assim é, a instituição não é um condicionante a mais do trabalho do assistente social. Ela organiza o processo de trabalho do qual ele participa (IAMAMOTO, 2009, p. 63).

Dando continuidade, no mês de outubro de 2021 a coordenação do CRAS (por meio da SEDESC) em reunião com a equipe estabeleceu que os atendimentos retornassem a ser presenciais devido à onda verde, fase mais branda da pandemia da covid 19. Vale apontar que todos/as trabalhadores do equipamento foram imunizados contra o vírus, na época com duas doses da vacinação. Porém, antes do retorno aos atendimentos presenciais, os/as técnicos/as se encontravam subordinados à tecnologia telefônica para realizar os atendimentos, que por vezes dificultava ou até mesmo não permitia a efetivação dos acompanhamentos.

Compreende-se que a atuação do/a assistente social tende a exercer em seu cotidiano três principais dimensões: 1- A dimensão ético-política do serviço social que implica situar a profissão no movimento dinâmico em prol da luta social pela transformação da sociedade, cotidianamente vinculando-se com o nosso Projeto Ético Político/PEP. 2- A dimensão teórico-metodológica que inclui as correntes teóricas que fundamentaram e fundamentam a prática da profissão do/a Assistente Social. 3- A Técnico-operativa, a qual instiga um maior planejamento das ações a serem realizadas na prática profissional a partir das particularidades de cada demanda. Parte-se do princípio que

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. (DIRETRIZES CURRICULARES, 1996, p.13).

A ética dirige-se à transformação dos homens entre si, de seus valores, exigindo posicionamentos, escolhas, motivações, que envolvem e mobilizam a consciência, as formas de sociabilidade, a capacidade teleológica dos indivíduos, objetivando a liberdade, a universalidade e a emancipação do gênero humano. O Código de Ética do Serviço Social de 1993 tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade concebida historicamente como possibilidade de escolher entre alternativas concretas, daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.

Conseqüentemente, o projeto profissional hegemônico vincula-se a um projeto de sociedade que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação ou exploração de classe, etnia e gênero. O exercício profissional do/a assistente social tem como princípio de que todos os seres humanos têm uma dimensão ética que implica o respeito, a tolerância, a liberdade e a aceitação do ser humano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CRAS é a porta de entrada da população à Política de Assistência Social. Nesse equipamento, assistentes sociais lidam cotidianamente com as demandas postas pela manifestações da “questão social” oriundas do capitalismo monopolista, modelo societário esse marcado por características de cunho injusto, desigual, excludente e desumano. No decorrer deste trabalho, apresentou-se a trajetória do Serviço Social articulada à assistência social e suas particularidades no contexto da Política de Assistência Social Básica em Mariana/MG.

O método do materialismo-histórico dialético permitiu analisar as legislações relacionadas à Proteção Social Básica de Mariana/MG com o olhar voltado para a realidade, a qual foi retratada a partir da documentação construída ao longo da vivência como estagiária. Portanto, entende-se que a emergência do Serviço Social brasileiro está atrelada a uma necessidade do próprio sistema capitalista no seu estágio de capitalismo maduro, cujo Estado requisitou profissionais capacitados para lidar com as manifestações da “questão social”.

Portanto, pensar a política de assistência articulada ao exercício profissional foi um desafio, posto que ambas têm processos historicamente conservadores, ao tempo em que apresentou-se a luta pelas rupturas com tais ranços tradicionais. Considera-se, ainda, que é nessa política o maior espaço sócio ocupacional de assistentes sociais, sendo suas atividades cruciais à formulação, implementação, execução e planejamento de políticas sociais.

O/a Assistente Social ainda que marcado/a pela autonomia relativa, numa constante correlação de forças e tensionado a depender de recursos materiais de seus empregadores – Estado, empresa, entidades não-governamentais – para viabilizar direitos, encontra-se ainda assim em posição de luta, pois participam do cotidiano da população e essa é a condutora e responsável pela conquista e legitimidade da emancipação política.

Cabe dizer que o Serviço Social na passagem dos anos de 1980 para os anos 1990 atingiu grandes avanços com o alargamento do fluxo da produção científica atrelado à teoria social crítica, tornando-se não apenas profissão, mas também área de conhecimento. Portanto, a capacidade de resposta do Serviço Social engloba a elaboração de uma direção social estratégica para a profissão. O caminho, então,

pode ir além de um exercício imediatista e pragmático, se realizado de forma crítica à cotidianidade, a qual é perpassada pela alienação estruturante e reprodutora da ordem social vigente. Para isso, o Serviço Social se fundamenta em um projeto societário emancipatório, cujas demandas sejam respondidas estrategicamente de acordo com as necessidades sociais da classe trabalhadora.

Logo, compreender o papel do profissional do Serviço Social é de suma importância, para que o mesmo não seja classificado como um executor de políticas sociais ou distribuidor de cesta básica. Os aspectos da formação sóciohistórica brasileira, de acordo com esse estudo, ainda vigoram na atualidade. A ideologia da benesse perdura como desafio para a profissão que trata as pessoas como sujeitos de direito e não de caridade.

A cidade de Mariana /MG carrega consigo os traços da modernização conservadora, a qual é evidenciada em práticas assistencialistas, focalizadas, pragmáticas, voluntaristas, possibilistas, dentre outras. Os profissionais de Serviço Social, por sua vez, fazem uso da dimensão político-pedagógica e vão aos poucos desconstruindo no cotidiano ações e ideologias equivocadas. É a partir da compreensão desses apontamentos que se verifica uma tensão entre o trabalho a ser desenvolvido e a submissão ao poder do empregador, tendo em vista as demandas dos sujeitos de direito e a relativa autonomia do profissional.

Mas é diante desses desafios que os/as assistentes sociais construíram formas de enfrentamentos através, por exemplo, da materialização da produção de conhecimentos para uma compreensão ampliada da realidade e intervenção crítica. Além disso, existe a construção coletiva que ocorre nos espaços democráticos, onde são reafirmados os compromissos do projeto profissional por meio dos fóruns de deliberação das entidades da profissão como o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS e a ENESSO.

Portanto, mesmo com a nitidez de que o exercício profissional de assistentes sociais carrega consigo inúmeros limites, há sim, em meio ao cotidiano profissional diversas possibilidades para uma intervenção crítica, pautada nos princípios ético-políticos defendidos pela profissão. Desse modo, longe de esgotar o debate aqui exposto, mas buscando lançar luz a novas discussões, espera-se que esse trabalho contribua para o fortalecimento da produção de conhecimento do Serviço Social crítico e vinculado às lutas da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial**. Brasília, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10655147/artigo-194-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 20 Dez. 2022.

_____. Lei Orgânica da Assistência Social. **Tipificação nacional de serviços sócio-assistenciais**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. 2014.

BATISTONI, M. R. O Movimento de Reconceituação no Brasil: O Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 15, n. 40, 2017.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

BENJAMIN, C. O Estado nacional e a educação. **Revista Politika** n. 3, março-abril de 2016.

BERTOLLO, K. **Mineração e Superexploração da Força de Trabalho: Análise a Partir da Realidade de Mariana-MG**. Tese de Doutorado em Serviço Social. Florianópolis, 2018.

BOSCHETTI, I. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____; BEHRING, E. R. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serviço Social & Sociedade**, p. 66-83, 2021.

BOVOLENTA, G. A. Os benefícios eventuais previstos na Loas: o que são e como estão. **Serviço Social & Sociedade**, p. 365-387, 2011.

CFESS (Org.). **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília: CFESS, 2005. p.73.

_____. **Código de Ética do Assistente Social**, Resolução nº. 273, de 13 de março de 1993.

_____. **Supervisão de Estágio em Tempo de Pandemia: Reflexões e orientações político-normativas**. Melhor ir à Luta com Raça e Classe em Defesa do Serviço Social, Gestão 2020-2023. Brasília, 2021, p.12.

CFESS/ABEPSS/ CEAD/UnB. (Org.) Recomendações para elaboração de projeto de intervenção. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social. Intervenção e pesquisa em Serviço Social**. Módulo V. Brasília: CEAD, 2000. p. 47-54.

CODATO, A. Estado Novo no Brasil: um estudo da dinâmica das elites políticas regionais em contexto autoritário. **Dados**, v. 58, p. 305-330, 2015.

COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS (CFEM). Exclusivo: acidente da Samarco vai afetar balança comercial e derrubar arrecadação de royalties. **O blog do royalty da mineração**, 11 dez 2015. Disponível em: <<http://blog.cfem.com.br/>>. Acesso em 14 de Out. de 2022.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 3.ed – São Paulo: Cortez, 2008.

GRESS 4º Região. **Crise Capitalista, Serviço Social e Realidade Brasileira: Reflexões e perspectivas no contexto da pandemia**. Recife, 2021, p.150

DIRETRIZES CURRICULARES, Lei de. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. 1996.

DE CÁSSIO RODRIGUES, A.; RODRIGUES, S. B. Riqueza mineral, instituições fracas e clientelismo: a maldição dos recursos naturais nos governos locais. **Revista de contabilidade e organizações**, v. 13, p. 1-21, 2019.

EUGENIO, A. V. S.; DE SOUZA GONZAGA, M. L. A atuação do Assistente Social no Centro de Referência da Assistencial Social-CRAS. **Revista de psicologia**, v. 13, n. 44, p. 962-977, 2019.

FATTORELLI, M. L.; ÁVILA, R. **Gasto com dívida pública sem contrapartida quase dobrou de 2019 a 2021**. 15 de Fevereiro, 2022. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gasto-com-divida-publica-sem-contrapartida-quase-dobrou-de-2019-a-2021/>. Acesso em: 23 de Nov. de 2022.

HORST, C. **Reflexões sobre o estágio supervisionado em Serviço Social na Região dos Inconfidentes**. No prelo. Mariana-MG, 2022.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**, v. 36. São Paulo: Cortez,2006.

IAMAMOTO, M.V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio crítico**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Os espaços sócio ocupacionais do assistente social**. p.40, 2009. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/iamamoto-201804131241048556780.pdf>. Acesso em: 18 de Out. de 2022.

_____. **Marxismo e Serviço Social: uma aproximação**. **Revista Libertas**, v. 18, n. 2, p. 204-226, 2018.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2022.

LOPES, M.H.C. O tempo do SUAS. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n° 87, ano XXVI Especial 2006. São Paulo: Cortez, 2006.

MARCONSIN, C. Documentação em Serviço Social: Debatendo a concepção burocrática e rotineira. In: **Serviço Social: temas, textos e contextos.** Forti, Valéria, Guerra, Yolanda (org). 4 ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2013.

MARICATO, E. Para entender a crise urbana. **CaderNAU**, v. 8, n. 1, p. 11-22, 2015.

MARTINELLI, M. L. Serviço Social: identidade e alienação. In: **Serviço social: identidade e alienação.** São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, K; ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. **Estudos avançados**, v. 12, p. 7- 46, 1998.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Norma Operacional Básica - NOB/SUAS.** Brasília, DF, 2005.

_____. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS.** Brasília, DF, 2004.

_____. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS** . Brasília, DF, 2009.

NEGRI, F. **O exercício profissional do Assistente Social e a precarização no mundo do trabalho: Ensaio Sobre Sua Inserção No Sistema Único De Assistência Social.** 2011. Mestrado. UFSC, Florianópolis, 2011. Acesso em: 15 de Out. 2022.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social.** São Paulo: Cortez,1996.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social” In **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social –Temporalis**, ano II, n 3– janeiro a junho de 2001. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde**, v. 4, p. 141-160, 2006.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: expressão popular, v. 2011.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.**São Paulo: Cortez, 2017.

_____; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, G. C.; VAZQUEZ, D. A. Florestan Fernandes e o capitalismo dependente: elementos para a interpretação do Brasil. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 137-160, 2010.

RUSSO, G.; CISNE, M. BRETTAS, T. **Questão Social e mediação de gênero**: a marca feminina na Assistência Social. *SER Social*, Brasília, v. 10, n. 22, p. 129-159, jan./jun. 2008.

SALVADOR, E. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 605-631, out./dez. 2010.

SANTOS, J. S. "**Questão social**": particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, J. A; Souza, M.A.S.L A relativa autonomia profissional do/a assistente social: mediações subjetivas e objetivas para seu exercício. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 16, n. 2, p. 403 - 413, ago./dez. 2017.

SILVA, L. S. **O exercício profissional do assistente social no CRAS Cabanas em Mariana-MG**. 2018. Monografia. UFOP, Mariana, 2018. Acesso em: 10 de Out. de 2022.

SIMÕES, N. L. H. **Autonomia profissional X trabalho assalariado**: exercício profissional do assistente social. 2012. Dissertação. UFJF, Juiz de Fora, 2012. Acesso em: 03 de Out. de 2022.

SOUSA, C. T. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**, Rio de Janeiro. 8, n. 1, 2008.

SPOSATI, A. O. **A assistência na trajetória das políticas públicas brasileiras: uma questão em análise**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SWEEZY, P. M. **Teoría Del Desarrollo Capitalista**. México, Fondo de Cultura Económica, 1977.

TEIXEIRA, J. B; BRAZ, M. O projeto ético-político do serviço social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS (org.). **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS, 2009. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-201608060407431902860.pdf>. Acesso em: 19 de Nov. de 2022.

TINTI, É. C. Capitalismo, trabalho e serviço social. In: **Capitalismo, trabalho e formação profissional**: dilemas do trabalho cotidiano dos assistentes sociais em Ribeirão Preto [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/qzyh6/pdf/tinti-9788579836558-03.pdf>>. Acesso em: 02 de Dez. de 2022.

YAZBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p.125-143, 2009.